

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO - SEPLAG
INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE

Indicadores Sociais do **CEARÁ** 2012

Fortaleza-CE
2014

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ

Cid Ferreira Gomes – **Governador**

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO (SEPLAG)

Eduardo Diogo – **Secretário**

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (IPECE)

Flávio Ataliba F. D. Barreto – **Diretor Geral**

Régis Façanha Dantas – **Diretor de Estudos Sociais**

Adriano Sarquis Bezerra de Menezes – **Diretor de Estudos Econômicos**

COORDENAÇÃO

Régis Façanha Dantas – **Diretor de Estudos Sociais**

ELABORAÇÃO

Parte 1 – Resumo dos Indicadores

Jimmy Lima de Oliveira

Parte 2 – Análise detalhada dos Indicadores

1. Aspectos Demográficos – Luciana de Oliveira Rodrigues
2. Condições dos Domicílios – Raquel da Silva Sales
3. Saúde – Victor Hugo de Oliveira Silva
4. Educação – Luciana de Oliveira Rodrigues
5. Trabalho e Rendimento – Vitor Hugo Miro C. Silva
6. Pobreza e Bem-Estar Social – Jimmy Lima de Oliveira

Indicadores Sociais do Ceará 2012

Fortaleza, Ceará, IPECE, 2014

ISSN: 1983-4934

1 - Estatística - Indicadores Sociais. 2 - Ceará. I - Título.

CDU31 (813.1)

Tiragem: 1.000 exemplares. 84 páginas.: graf. tabs.

Copyright © 2014 - IPECE *Impresso no Brasil*

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
End.: Centro Administrativo do Estado Governador Virgílio Távora
Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N – Edifício SEPLAN – 2º andar
60830-120 – Fortaleza-CE
Telefones: (85) 3101-3521 / 3101-3496
Fax: (85) 3101-3500
www.ipece.ce.gov.br - ouvidoria@ipece.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que o Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE oferece à sociedade cearense os Indicadores Sociais do Estado para ano de 2012. A presente edição mantém as mesmas dimensões de análise das edições anteriores, mas acrescenta algumas novidades em termos de gráficos e análises com o objetivo de tornar ainda mais atraente a leitura e fácil interpretação dos resultados.

Os indicadores apresentados foram calculados a partir da base dos microdados da Pesquisa por amostra de domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE, divulgados em setembro de 2013. Os valores de 2002 a 2011 foram reponderados de acordo com a revisão da projeção populacional de 2013 realizada pelo IBGE. Portanto, os indicadores sociais apresentados nesta síntese não são estritamente comparáveis com as sínteses publicadas em anos anteriores pelo IPECE devido as mudanças nos pesos amostrais utilizados para a expansão da amostra.

A parte 1 apresenta um resumo de 22 indicadores mostrando inicialmente a situação do Ceará em relação ao Brasil para os anos de 2002, 2007 e 2012. Em seguida é apresentado um resumo dos indicadores para o Ceará fazendo uma comparação com a região Nordeste e o país primeiramente para o ano de 2012, em seguida a taxa de variação entre esses anos.

Já na parte 2, realizam-se análises temáticas dos indicadores (demografia, condições dos domicílios, saúde, educação, trabalho e rendimento, desigualdade de renda e pobreza) para a série 2002 a 2012 (exceto 2010).

Com isso, espera-se contribuir para a adequada interpretação das condições sociais em que se encontra a população do estado do Ceará bem como das principais transformações socioeconômicas verificadas nos últimos anos em comparação com o Nordeste e o Brasil.

Flávio Ataliba Flexa Daltro Barreto

Diretor Geral do IPECE

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
PARTE I – RESUMO DOS INDICADORES	7
PARTE II – ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES	
1. Aspectos Demográficos.....	19
2. Condições dos Domicílios.....	29
3. Saúde.....	39
4. Educação.....	47
5. Trabalho e rendimento.....	54
6. Pobreza e Bem-Estar Social	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83



RESUMO DOS INDICADORES



RESUMO DOS INDICADORES

Essa seção apresenta uma análise sintética dos principais indicadores socioeconômicos do estado do Ceará em 2012, e compara-os aos respectivos indicadores da Região Nordeste e do Brasil. Também é feita uma comparação com os indicadores equivalentes de 2002 e 2007, visando analisar o comportamento da evolução destes indicadores no curto e médio prazo.

No sentido de avaliar a situação do Ceará em relação ao restante do país, são apresentados gráficos de radar, tomando os indicadores do Brasil como referência, de forma a construir uma medida sintética que evidencia, em termos gerais, se o Estado vem se aproximando da média nacional ao longo do tempo.

Essa medida é construída a partir das relações entre os indicadores do Ceará e do Brasil. Mais especificamente, essas relações são construídas da seguinte forma:

(1) Indicador do tipo "quanto maior, melhor":

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Ceará} / \text{Indicador do Brasil}) \times 100\%$$

(2) Indicador do tipo "quanto menor, melhor":

$$\text{Relação} = (\text{Indicador do Brasil} / \text{Indicador do Ceará}) \times 100\%$$

Com isso, se o valor de uma relação for inferior a 100%, isto evidenciará que o indicador do Ceará é pior que o do Brasil; uma relação igual a 100% mostra que os indicadores são equivalentes; e, finalmente, se a relação for superior a 100%, isto sugere que o indicador do Ceará é melhor que a média nacional. Portanto, a medida sintética proposta consiste na média das relações ora descritas para um determinado ano.

Os resultados são apresentados graficamente por meio de um radar. Assim, dois tipos de informações muito importantes podem ser obtidos: no mesmo ano, será possível identificar quais indicadores do Ceará são melhores ou piores que os do Brasil, e a análise da média das relações evidenciarão se o Estado tem-se aproximado ou não

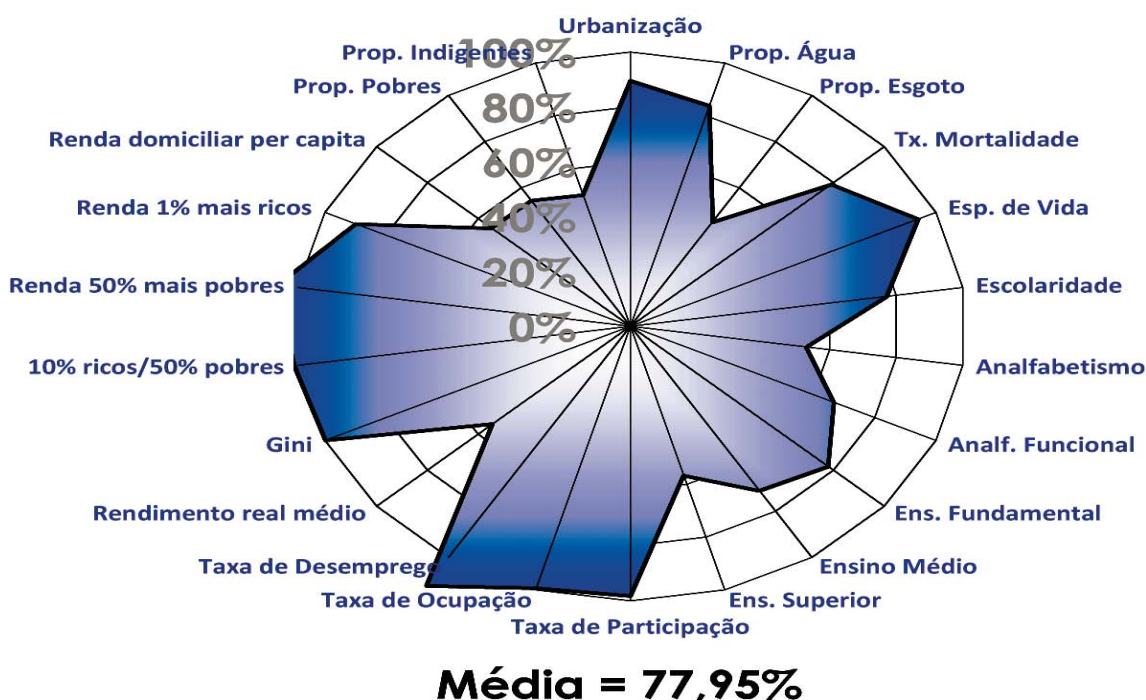
da média nacional ao longo do tempo.

Os gráficos propostos são construídos a partir dos 22 indicadores a seguir:

- Grau de urbanização (↑)
- Proporção de domicílios com abastecimento de água adequado (↑)
- Proporção de domicílios com acesso à rede de coleta de esgotos (↑)
- Taxa de mortalidade infantil (↓)
- Esperança de vida ao nascer (↑)
- Escolaridade média de adultos (em anos de estudo) (↑)
- Taxa de analfabetismo (pessoas com 15 anos ou mais) (↓)
- Porcentagem de analfabetismo funcional entre adultos (↓)
- Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo (↑)
- Percentual da população com pelo menos o Ensino Médio completo (↑)
- Percentual da população com Nível Superior completo (↑)
- Taxa de Participação (↑)
- Taxa de Ocupação (↑)
- Taxa de Desemprego (↓)
- Rendimento Real Médio (↑)
- Índice de Gini (↓)
- Razão entre os 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população (↓)
- Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres (↑)
- Proporção da renda apropriada pelas pessoas 1% mais ricas (↓)
- Renda domiciliar *per capita* real (↑)
- Proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza (↓)
- Proporção de pessoas em situação de extrema pobreza (↓)
- Quando o indicador vem acompanhado por (↑), significa que ele é do tipo “quanto maior, melhor”; quando vem acompanhado por (↓), é do tipo “quanto menor, melhor”.

Os gráficos 1, 2, e 3, a seguir, mostram a situação do Ceará em relação ao Brasil, assim como a média das relações para os anos de 2002, 2007 e 2012.

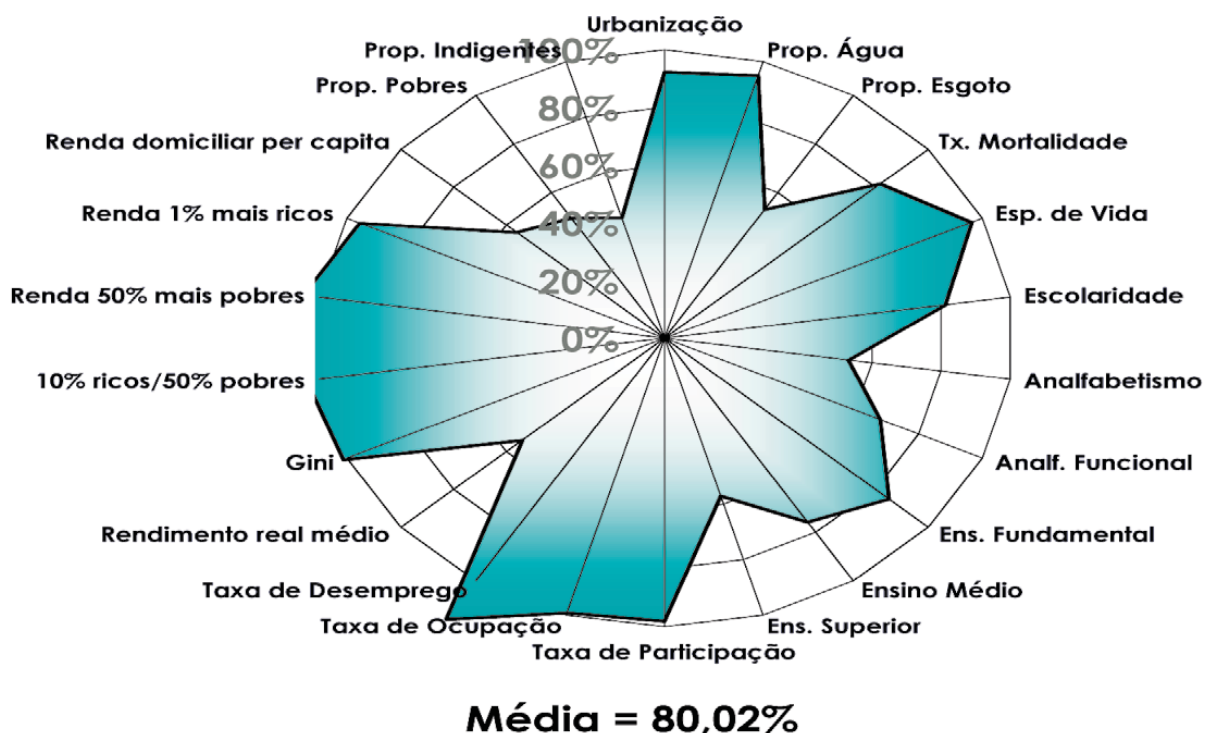
GRÁFICO 1: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2002.



Fonte: PNAD.

Conforme o gráfico 1, em 2002, em termos gerais, a situação do Ceará representava, em média, 77,95% da situação brasileira, quando se considera os indicadores listados.

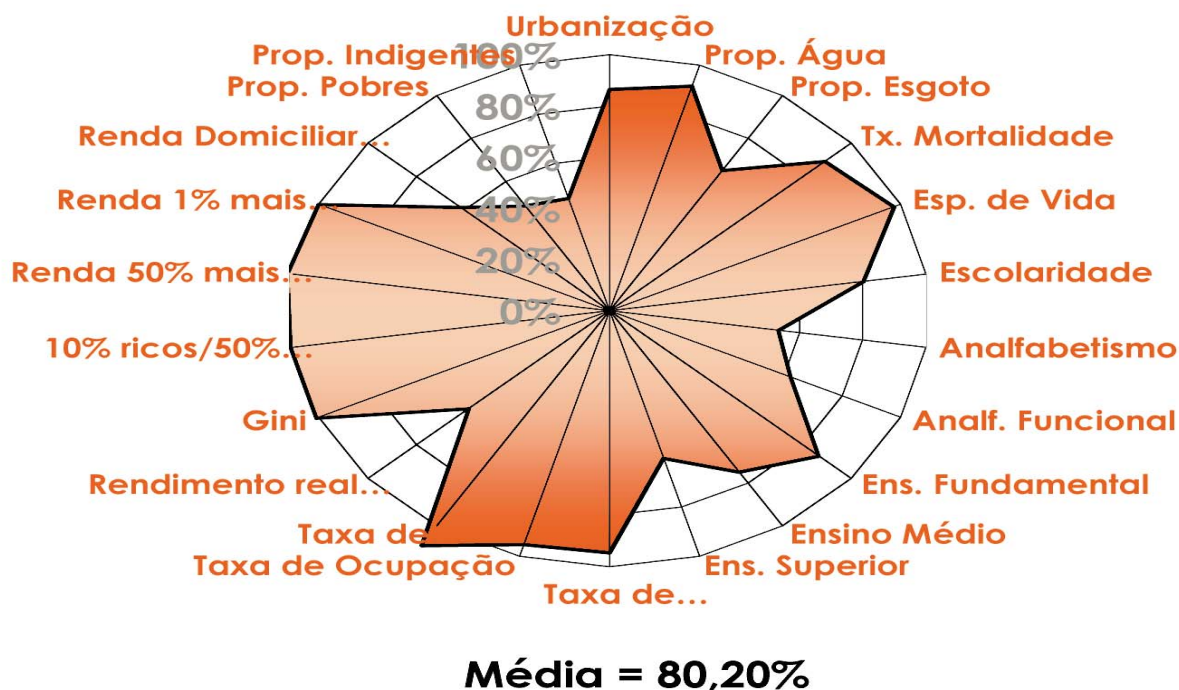
GRÁFICO 2: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2007.



Fonte: PNAD.

Em 2007, o Ceará obteve avanços em alguns indicadores, e passou a ter em média, 80,02% da situação brasileira.

GRÁFICO 3: Radar dos Indicadores Sociais – Ceará – 2012.



Fonte: PNAD

Em 2012, o Ceará voltou a apresentar uma melhora relativa, com um acréscimo na média, como ilustra o gráfico 4. Neste caso, a média das relações foi igual a 80,20%, portanto, um valor levemente superior ao observado em 2007.

A partir destes gráficos, é possível observar que a média relativa dos indicadores no Ceará vem apresentando um crescimento entre 2002 e 2012, onde se verifica uma melhora da situação cearense em relação ao padrão nacional.

De forma mais específica, a análise dos 22 indicadores contemplados neste estudo fornece os seguintes indícios:

- O Ceará, em 2012, encontra-se em uma situação (valor absoluto) melhor que o Nordeste em 11 indicadores, e melhor que o Brasil e o Nordeste em 4.

- Entre 2007 e 2012, 5 indicadores do Ceará tiveram variações melhores do que os indicadores do Nordeste e do Brasil, apenas melhores do que o do Brasil em 5, e somente melhor que no Nordeste em 3.
- No período de 10 anos, entre 2002 e 2012, 5 indicadores do Ceará tiveram variações melhores do que os do Nordeste e do Brasil, apenas melhores do que o do Brasil em 8, e somente melhores que no Nordeste em 4.

Os valores dos indicadores em 2012 (Quadro 1) e suas variações entre 2007 e 2012 (Quadro 2), e entre 2002 e 2012 (Quadro 3) possibilitaram a obtenção destas conclusões e, também, foram usados na elaboração das figuras analisadas anteriormente, sendo apresentados em uma série de quadros-resumo, a seguir.

Quadro 1: Resumo dos Indicadores Sociais - Valores de 2012

INDICADORES		Valores em 2012		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	73,4	73,4	84,8
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	78,2	80,6	85,4
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	37,3	37,2	57,2
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	17,6	20,5	15,7
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	72,9	71,9	74,5
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	6,1	6,2	7,6
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	16,3	17,4	8,7
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	35,5	35,1	22,1
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	51,1	48,7	59,0
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	30,1	31,5	40,2
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	7,2	7,3	12,0
12	Taxa de Participação (%)	62,3	62,7	65,9
13	Taxa de Ocupação (%)	58,8	57,9	61,8
14	Taxa de Desemprego (%)	5,6	7,6	6,1
15	Rendimento Real Médio do Trabalho	817,8	906,9	1.404,2
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	0,524	0,542	0,528
17	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	12,5	13,6	12,6
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	16,8	16,1	16,5
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	12,5	14,9	12,5
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)**	531,9	550,6	860,9
21	Proporção de pessoas pobres (rdpc < 140 em valores de 2010, corrigidos pelo INPC)	21,3	20,9	10,4
22	Proporção de pessoas extremamente pobres (rdpc < 70 em valores de 2010, corrigidos pelo INPC)	8,5	8,0	3,9

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE/DATASUS

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.**

Quadro 2: Resumo dos Indicadores Sociais Variação Percentual em Relação a 2007

INDICADORES		Variação 2012/2007		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	-4,3%	2,2%	2,2%
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	-0,8%	6,6%	3,0%
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	37,6%	24,8%	12,2%
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-40,7%	-42,4%	-35,4%
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	3,7%	3,2%	2,5%
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	8,9%	14,8%	10,1%
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-14,2%	-12,6%	-13,9%
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-9,0%	-15,2%	-16,6%
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	15,1%	19,4%	13,0%
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	19,4%	25,5%	20,7%
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	35,8%	40,4%	29,0%
12	Taxa de Participação (%)	-7,3%	-6,1%	-3,9%
13	Taxa de Ocupação (%)	-5,8%	-5,4%	-1,9%
14	Taxa de Desemprego (%)	-20,0%	-9,5%	-24,7%
15	Rendimento Real Médio do Trabalho	32,1%	34,2%	22,1%
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-4,4%	-3,9%	-4,7%
17	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	-12,0%	-11,7%	-14,3%
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	8,4%	8,8%	11,5%
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-3,1%	2,1%	0,8%
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)**	36,0%	33,1%	23,6%
21	Proporção de pessoas pobres (rdpc < 140 em valores de 2010, corrigidos pelo INPC)	-38,3%	-38,9%	-41,2%
22	Proporção de pessoas extremamente pobres (rdpc < 70 em valores de 2010, corrigidos pelo INPC)	-40,1%	-40,3%	-37,1%

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE/DATASUS

Nota: **Azul indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; Verde indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; Violeta indica que o Ceará é melhor que o Brasil; Vermelho indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.**

Quadro 3: Resumo dos Indicadores Sociais Variação percentual em relação a 2002

INDICADORES		Variação 2012/2002		
		CE	NE	BR
1	Grau de Urbanização (%)	-2,7%	3,8%	0,8%
2	Proporção de Domicílios c/ abastecimento de água adequado (%)	13,8%	14,0%	4,3%
3	Proporção de Domicílios c/ acesso a rede de coleta de esgotos (%)	76,8%	52,5%	23,0%
4	Taxa de mortalidade infantil (por 1.000 nascidos vivos)	-49,9%	-50,5%	-43,5%
5	Esperança de Vida ao Nascer (em anos)	9,0%	8,3%	4,9%
6	Escolaridade Média de adultos (em anos de estudo)	29,8%	34,8%	24,6%
7	Taxa de Analfabetismo (pessoas de 15 anos ou mais)	-27,6%	-25,3%	-26,9%
8	Porcentagem de Analfabetismo Funcional entre adultos (25 anos ou mais)	-24,5%	-27,8%	-29,4%
9	Percentual da população (com 15 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Fundamental completo	49,4%	55,1%	34,4%
10	Percentual da população adulta (25 anos ou mais) com pelo menos o Ensino Médio completo	59,3%	61,5%	51,1%
11	Percentual da população (com 25 anos ou mais) com nível superior completo	67,4%	73,8%	57,9%
12	Taxa de Participação (%)	-6,5%	-5,6%	-2,8%
13	Taxa de Ocupação (%)	-3,9%	-4,8%	0,3%
14	Taxa de Desemprego (%)	-30,9%	-9,5%	-33,0%
15	Rendimento Real Médio do Trabalho	41,2%	53,4%	31,4%
16	Índice de Gini (Desigualdade de Renda)	-11,3%	-9,2%	-10,5%
17	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres da população	-30,6%	-26,5%	-30,8%
18	Proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população	22,6%	20,1%	27,9%
19	Proporção da renda apropriada pelo 1% mais rico da população	-16,1%	-9,1%	-6,7%
20	Renda domiciliar <i>per capita</i> real (R\$)**	60,5%	64,0%	42,3%
21	Proporção de pessoas pobres (rdpc < 140 em valores de 2010, corrigidos pelo INPC)	-55,6%	-56,4%	-60,3%
22	Proporção de pessoas extremamente pobres (rdpc < 70 em valores de 2010, corrigidos pelo INPC)	-57,1%	-61,0%	-60,6%

Fonte: IBGE/PNAD/IPECE/DATASUS

Nota: **Azul** indica que o Ceará é melhor que o Brasil e o Nordeste; **Verde** indica que o Ceará é melhor que o Nordeste; **Violeta** indica que o Ceará é melhor que o Brasil; **Vermelho** indica que o Ceará está pior que o Nordeste e o Brasil.



ANÁLISE DETALHADA DOS INDICADORES

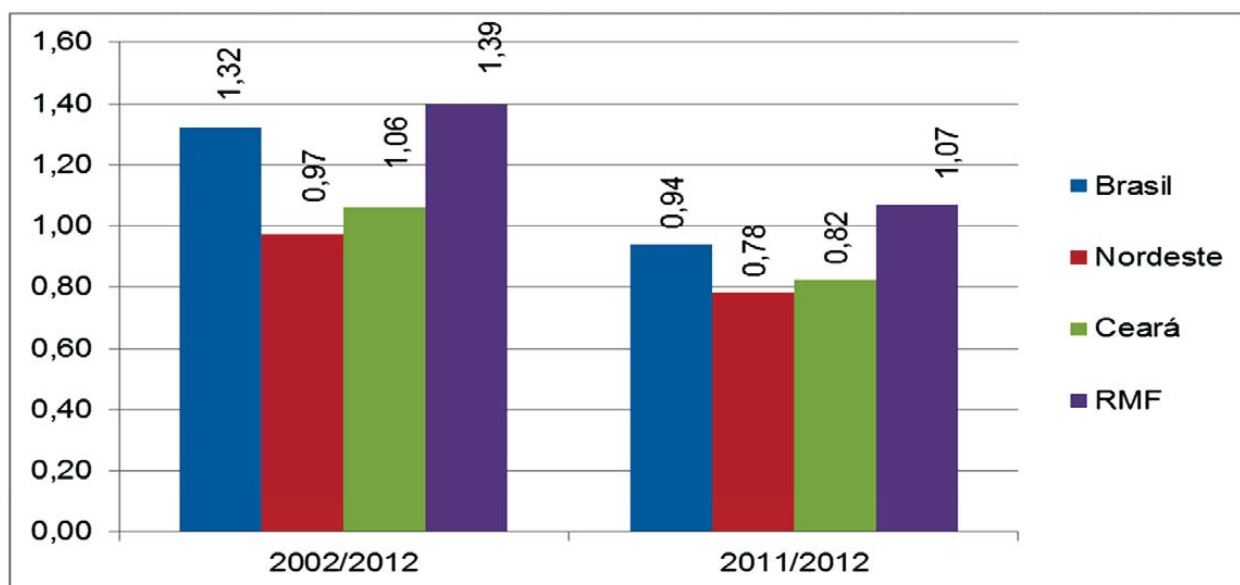


1. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2012, a população do Estado do Ceará foi estimada em cerca de 8,7 milhões de pessoas. São 79 mil a mais que no ano de 2011 (8,6 milhões). O que representa aproximadamente 15% dos habitantes da região do Nordeste e 4,4% da população brasileira. Sendo que, 43,1% da população reside em municípios localizados na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

O Gráfico 1.1 apresenta as taxas médias de crescimento da população do Brasil, Nordeste, Ceará e RMF, considerando tanto uma perspectiva de médio prazo (2002-2012), como de curto prazo (2011-2012). Como pode ser observada, em dez anos a população cearense teve um ritmo de crescimento maior que o Brasil e o Nordeste. Enquanto que a RMF apresentou crescimento mais intenso que as demais regiões no período analisado. Entre 2011 e 2012 a população da RMF cresceu 1,07%, o que corresponde a um aumento na densidade demográfica dessa região em cerca de 40 mil novos moradores.

GRÁFICO 1.1: Taxa Média Geométrica Anual de Crescimento – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF – 2002/2012 e 2011/2012.

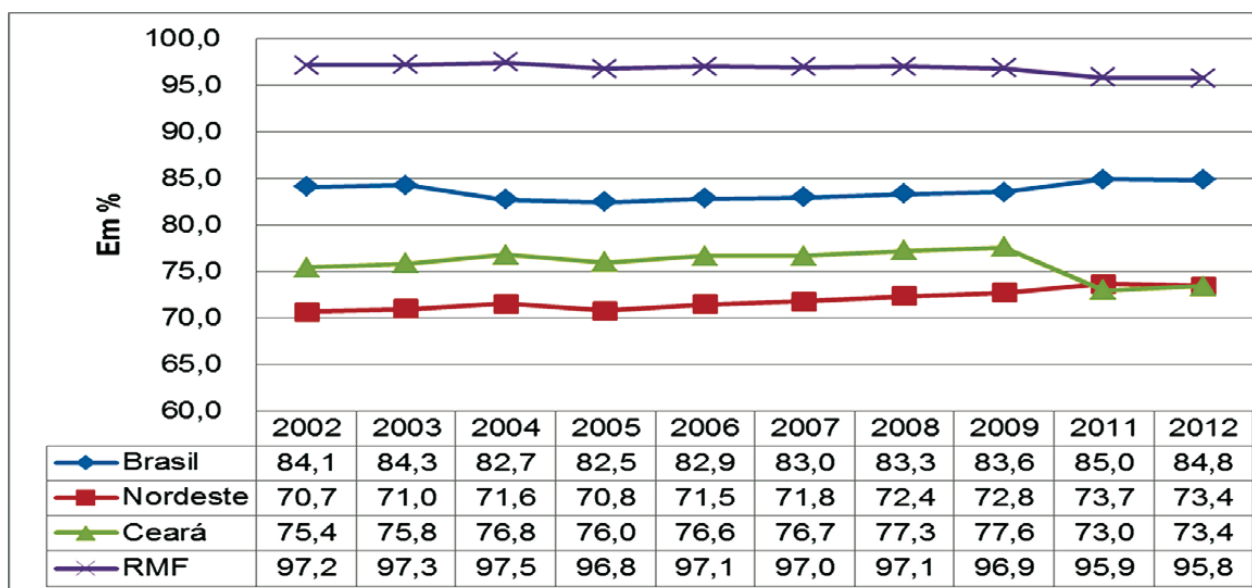


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

O Gráfico 1.2 apresenta a taxa de urbanização para os anos de 2002 a 2012. A taxa de urbanização pode ser definida como o percentual da população residente da área urbana em relação à população total de cada região.

Observa-se um crescimento contínuo da população que residia nos centros urbanos no Ceará de 2002 a 2008, no entanto, entre 2009 e 2011 a taxa de urbanização no Estado caiu mais que no Brasil e no Nordeste, voltando a ter um discreto crescimento em 2012. Na RMF, em 2012, da população residente nestes municípios, 95,8% moravam na área urbana.

GRÁFICO 1.2: Taxa de Urbanização (em %) – Brasil, Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 a 2012.



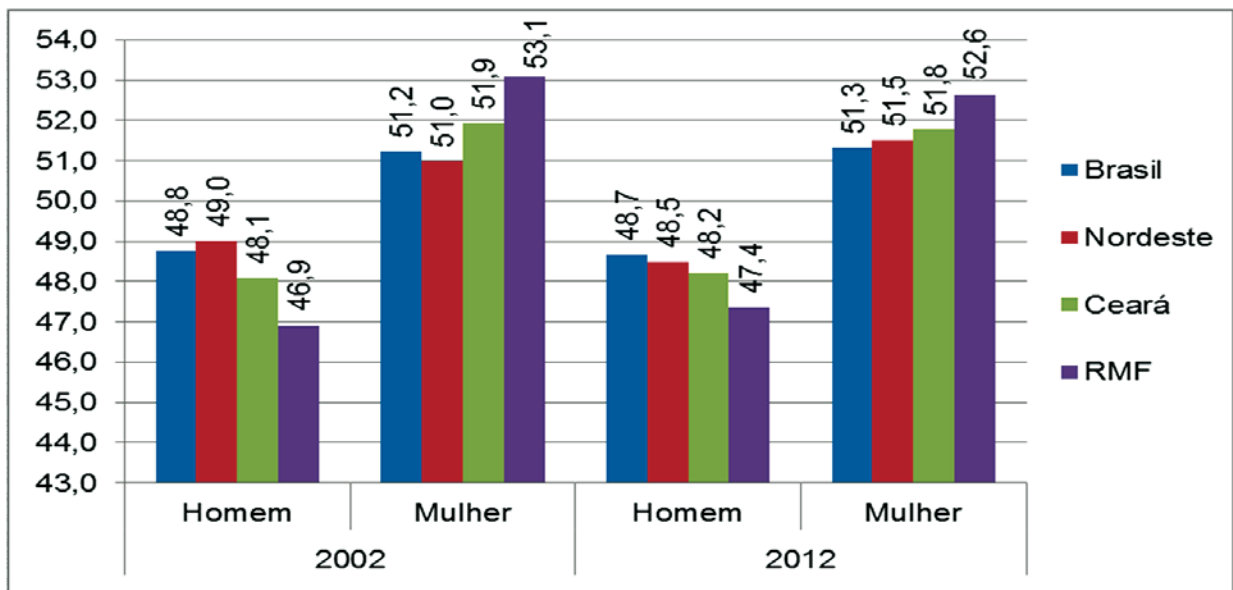
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

Dentro da análise da distribuição da população por sexo, nos Gráficos 1.3 e 1.4, percebe-se que a população feminina é predominante e se mantém constante no período de dez anos em todas as regiões analisadas. No Ceará, em 2012, as mulheres representam mais de 51% da população do estado, enquanto que na RMF elas são mais de 52%, acompanhando o padrão verificado no Brasil e no Nordeste.

O Gráfico 1.4 mostra a distribuição da população segundo a Razão de Sexo, que representa o número de homens na população para cada grupo de 100 mulheres. Se esta for menor (maior) que 100,

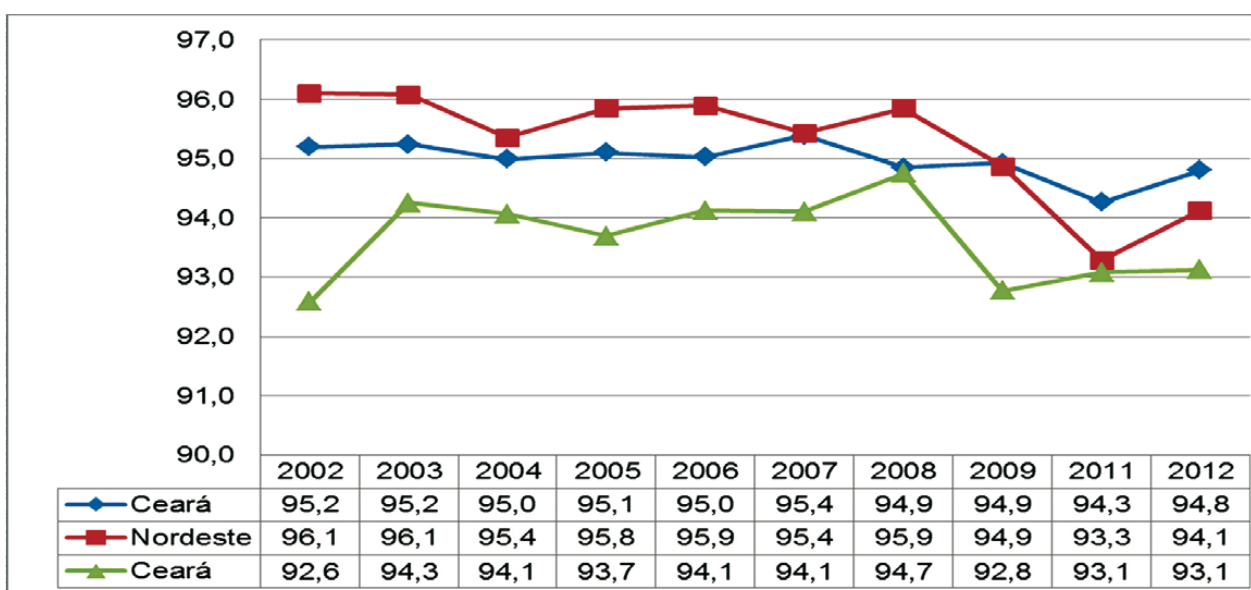
isto representará que há um número menor (maior) de homens que o de mulheres na população. Portanto, como pode ser observada no Gráfico 14, há uma predominância de pessoas do sexo feminino, que segue uma tendência contínua na serie analisada. No Ceará, em 2012, a cada 100 mulheres há pelos menos 93 homens no Estado, percentual menor que a média nacional e do Nordeste.

GRÁFICO 1.3: Distribuição da população por gênero (em %) - Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 e 2012.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

GRÁFICO 1.4: Razão de Sexo - Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012.

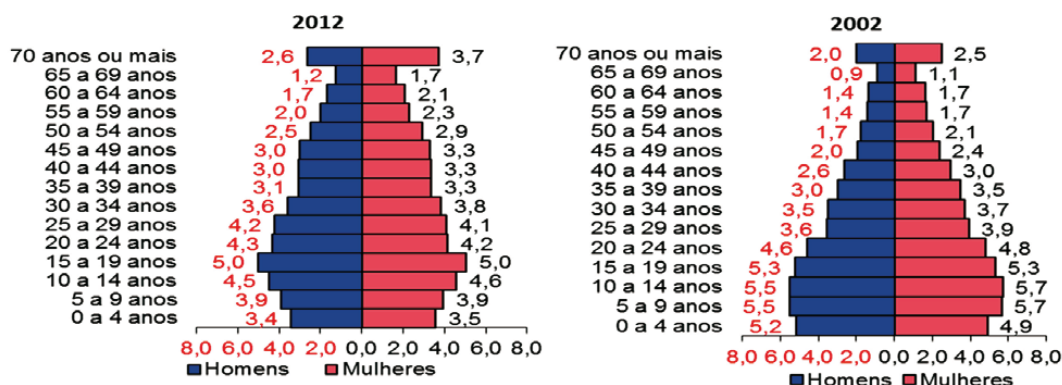


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

Segundo os resultados apontados pelo Registro Civil de 2012, nascem mais homens que mulheres no Brasil, no entanto a sobrevivência masculina, sobretudo na faixa etária de 15 a 29, decorrente principalmente de causas violentas e acidentes, é uma das principais causas de desequilíbrio entre os sexos na população. Ainda, no que consta nos Registro civil de 2012, a razão de óbitos entre gênero é de 128,9 para os homens, ou seja, a cada 100 mulheres que vão ao óbito, morrem 128 homens¹. As diferenças entre sexo, segundo as faixas de idade podem ser verificada nas figuras abaixo.

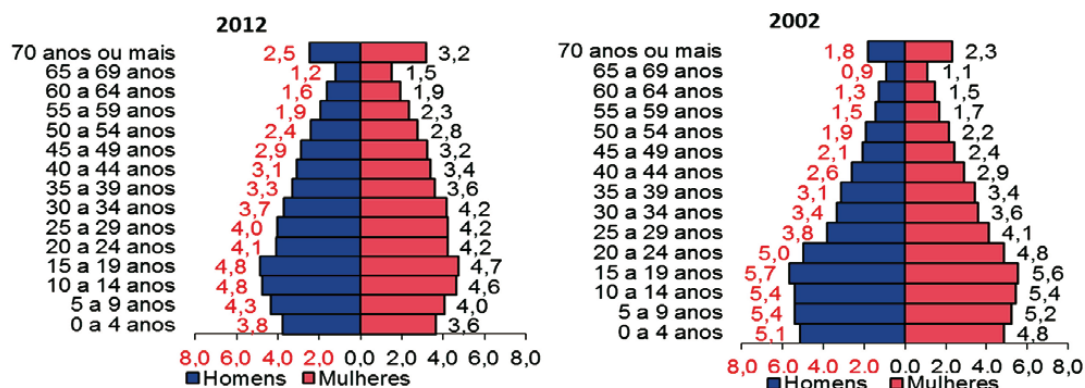
No caso do Brasil, por exemplo, conforme o Figura 1.1, a constatação feita acima fica clara ao serem analisadas as suas pirâmides etárias, que mostram que a população feminina é preponderante nas faixas etárias com 20 anos ou mais. Situações similares são corroboradas para o Nordeste, Ceará e Região Metropolitana de Fortaleza, conforme as Figuras 1.2, 1.3, e 1.4 ilustram, respectivamente.

FIGURA 1.1: Pirâmides Etárias – Brasil – 2002 e 2012.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

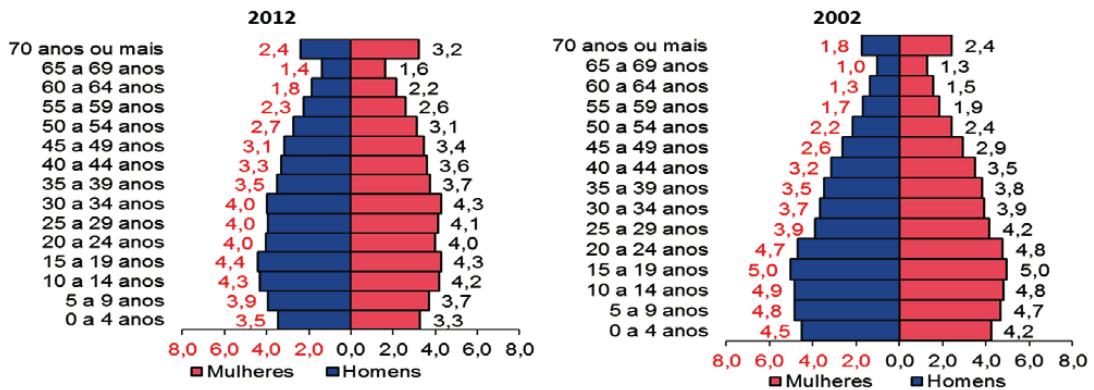
FIGURA 1.2: Pirâmides Etárias – Nordeste – 2002 e 2012.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

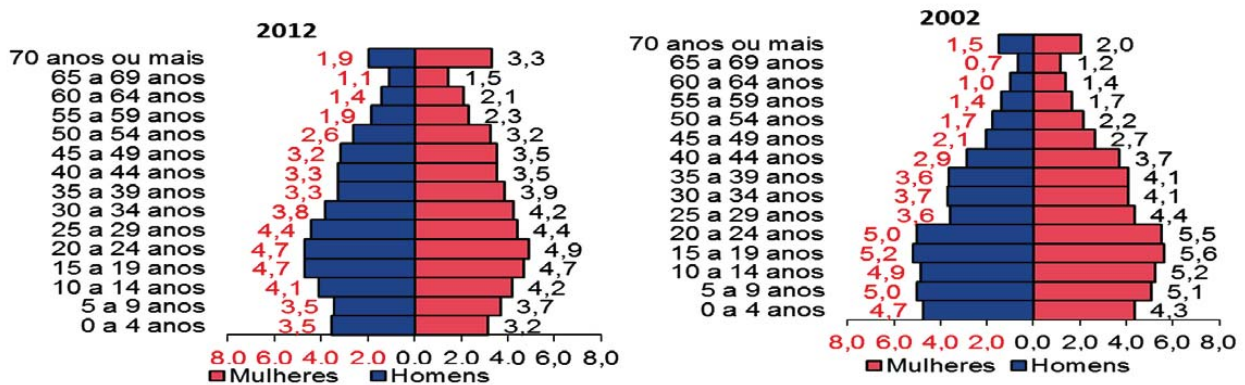
¹ ftp://ftp.ibge.gov.br/Registro_Civil/2012/rc2012.pdf

FIGURA 1.3: Pirâmides Etárias – Ceará – 2002 e 2012.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

FIGURA 1.4: Pirâmides Etárias – Região Metropolitana de Fortaleza – 2002 e 2012.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

Outra constatação muito importante que pode ser feita a partir das pirâmides etárias apresentadas diz respeito a uma tendência já verificada nos países desenvolvidos e em alguns países em desenvolvimento, e que também se manifesta claramente nas áreas geográficas em análise: o processo de envelhecimento da população. No caso, percebe-se que em 2002 tínhamos bases mais largas e cumes mais estreitos, o que representava altas taxas de natalidade e a maior participação da população localizada nas faixas de jovens. Por outro lado, cumes estreitos mostravam uma pequena presença de idosos, indicando baixa expectativa de vida da população.

Nas pirâmides etárias de 2012, observa-se uma tendência de aumento da participação das faixas com 20 anos ou mais, com destaque para o grupo de pessoas com mais de 60 anos. Essa participação

maior se deve principalmente ao aumento da expectativa de vida da população nos últimos anos.

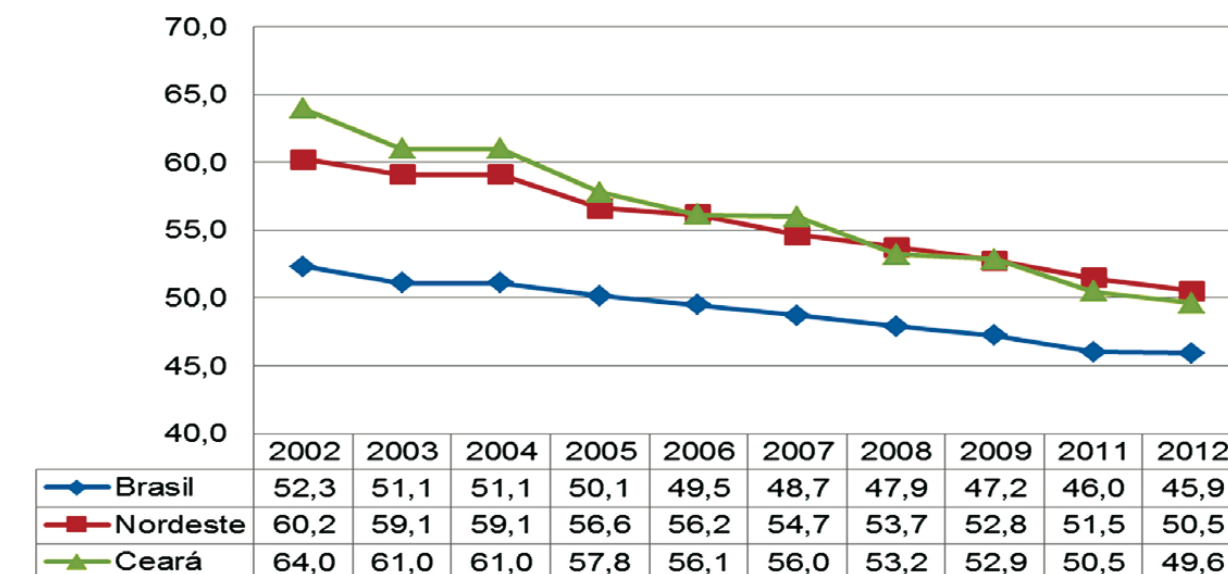
Em suma, o contingente de pessoas com mais de 60 anos vem aumentando e os jovens, sobretudo na faixa de 0 a 14 anos, vem diminuindo. Essas mudanças na estrutura etária da população refletem o aumento da expectativa de vida, combinado com a redução da natalidade nas regiões analisadas.

Mais especificamente, em 2012, o Brasil apresentava 68,5% da população com idades iguais ou superiores há 20 anos. Já o Ceará e o Nordeste, que possuem populações mais jovens que a média brasileira, apresentaram, em 2012, 66,0% e 65,2% de pessoas com 20 anos ou mais de idade, respectivamente.

Essa transformação pode ser, pelo menos em parte, devido à melhoria nas condições de vida da população, como por exemplo, melhoria da saúde, melhores condições de trabalho, que implicam na ampliação da expectativa de vida das pessoas, conforme será verificado nas próximas seções. A redução na base da pirâmide se deve, sobretudo, à redução da taxa de fecundidade das mulheres, maior planejamento familiar e maior participação da população feminina no mercado de trabalho.

Se por um lado, o crescimento mais lento da população jovem trás a vantagem de diminuir a pressão sobre o mercado de trabalho e permite uma melhor preparação intelectual dos mesmos antes de procurarem um emprego, por outro, a mudança do perfil da população brasileira de uma nação jovem para um país de idosos é um grande desafio para o governo e sociedade, que precisa investir em uma educação de qualidade e pensar em como cuidar da população idosa.

Como um reflexo dos movimentos descritos acima, observa-se uma tendência de redução na razão de dependência, que representa a razão entre a população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos ou mais de idade) e a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade). O comportamento deste indicador é apresentado a seguir com a ajuda do Gráfico 1.5.

Gráfico 1.5: Razão de Dependência – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012.

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

A redução na razão de dependência ocorreu porque, embora a população de idosos (65 anos e mais) tenha aumentado ao longo dos anos, a população de crianças (menores de 15 anos) vem caindo e esta tem um peso bem maior que os idosos na composição etária. Além disso, a população em idade ativa (15 a 64 anos) aumentou consideravelmente no período.

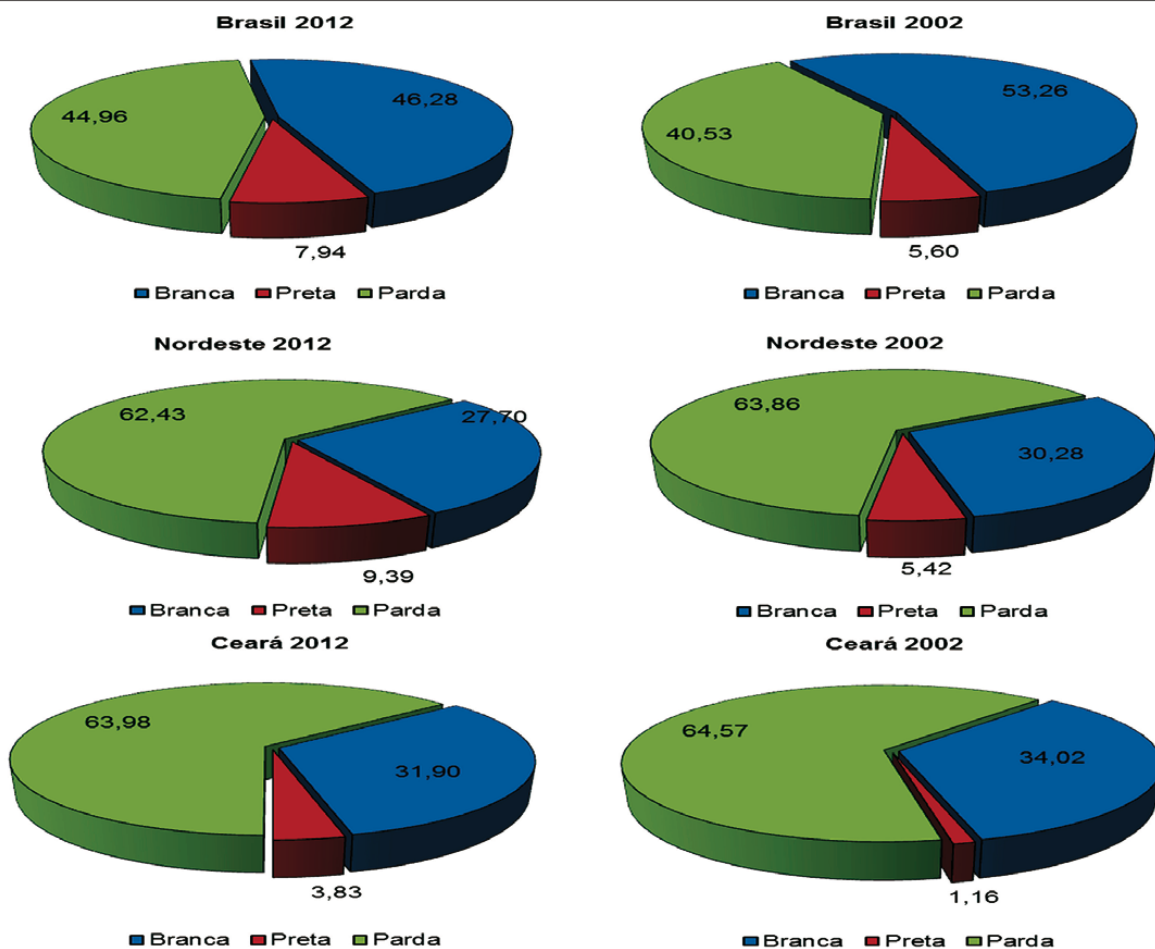
A distribuição da população por cor ou raça demonstra a diversidade étnica do Brasil. Nesta parte do trabalho foram analisados dados para os grupos de cor/raça brancos, negros e pardos, que representam mais de 99% da população, em todas as regiões analisadas. Os demais grupos, amarelos e indígenas, não possuem representatividade na amostra. A grande maioria dos estudos opta por agrupar negros e pardos, aqui se optou por analisar em dois grupos distintos.

Em 2012, a população do Brasil que se declarou branca correspondia a 46,28%, enquanto negros e pardos correspondiam a 7,94% e 44,96%, respectivamente. Em 2002, o percentual de brancos era de 53,26%, os pardos representavam 40,53% e os negros eram 5,60% da população brasileira.

No caso do Ceará, e no Nordeste, o maior percentual da população se declara branca ou parda. Em 2012, 27,70% e 31,90% se consideravam brancas no Nordeste e no Ceará, respectivamente, enquanto os que se declararam pretas ou pardas juntas representavam aproximadamente 72% e 68% da população, respectivamente.

Considerando se tratar de uma classificação subjetiva e baseada na declaração do entrevistado, nota-se o crescimento do número de pessoas que se declararam negras. Os números apontam que a participação de cada grupo sofreu poucas alterações no período de 2002/2012. Por meio do Gráfico 1.6, pode-se ter a ideia da manutenção de um padrão relativamente estável da composição racial da população do Brasil, do Nordeste e do Ceará.

Gráfico 1.6: Distribuição da População por Cor ou Raça – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 e 2012.

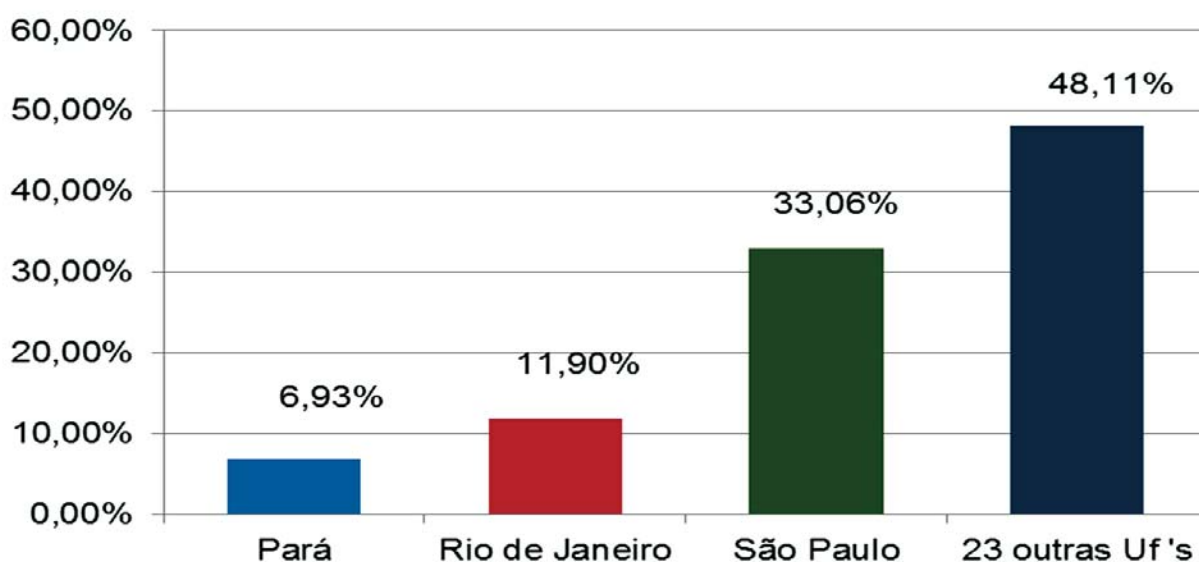


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

Outra informação importante é o movimento migratório da população no estado do Ceará. O movimento populacional entre as unidades da federação observadas na PNAD 2012 tem duas maneiras de ser nomeada, e sempre depende da perspectiva do lugar de origem.

Considerando o Ceará como lugar de origem todos os que saem para outras Unidades da Federação são chamados de Emigrantes. Em 2012, 19,68% da população nascida no estado migrou para alguma unidade da federação no país.

Gráfico 1.7: Emigração da População Cearense, segundo principais destinos -2012.



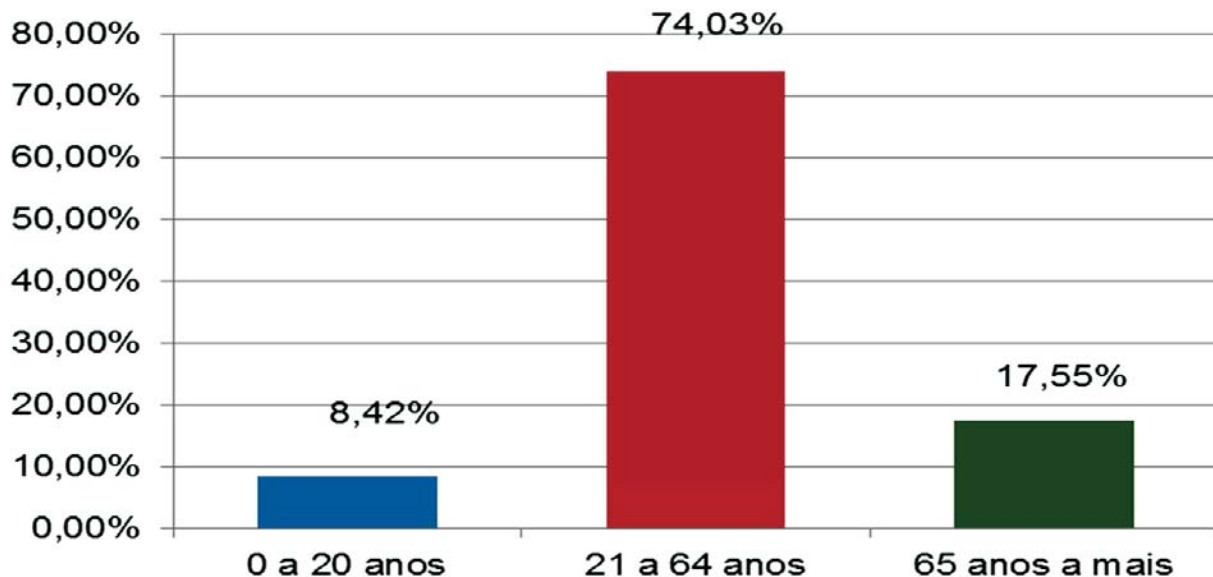
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

Conforme Gráfico 1.7, acima, dentre os destinos dos cearenses, pode-se destacar São Paulo com 33,06%. Os outros dois grandes destinos são Rio de Janeiro, 11,90%, e Pará, 6,93%. As outras unidades da federação juntas representam 48,11% dos destinos dos cearenses.

O Gráfico 1.8, a seguir, demonstra que a maior parte da população que sai do estado está na faixa de 21 a 64 anos (74,03%), idade em que a população se encontra economicamente ativa. Grande parte dessa população se descolam para os grandes centros econômicos em busca de oportunidades de trabalho, cenário que vem mudando nos últimos anos. A faixa acima de 65 anos representa 17,55% dos

imigrantes e a faixa de zero a vinte anos representam apenas 8,42% dos imigrantes.

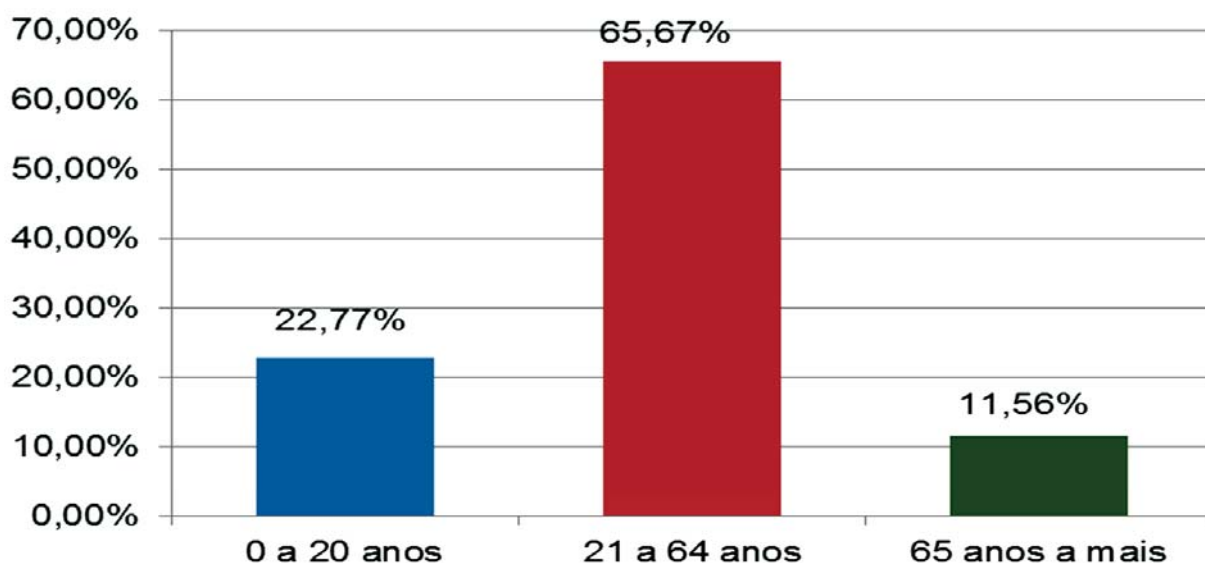
Gráfico 1.8: Emigração da População Cearense, segundo faixas de idade -2012.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

A imigração da perspectiva do Ceará é o movimento de entrada no Estado de população vinda de unidade da federação. Em 2012, 5,27% da população residente no estado nasceu outra unidade da federação. (Gráfico 1.9).

Gráfico 1.9: Imigração com destino ao Ceará, segundo faixas de idade - 2012.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.



AS CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS



2. AS CONDIÇÕES DOS DOMICÍLIOS

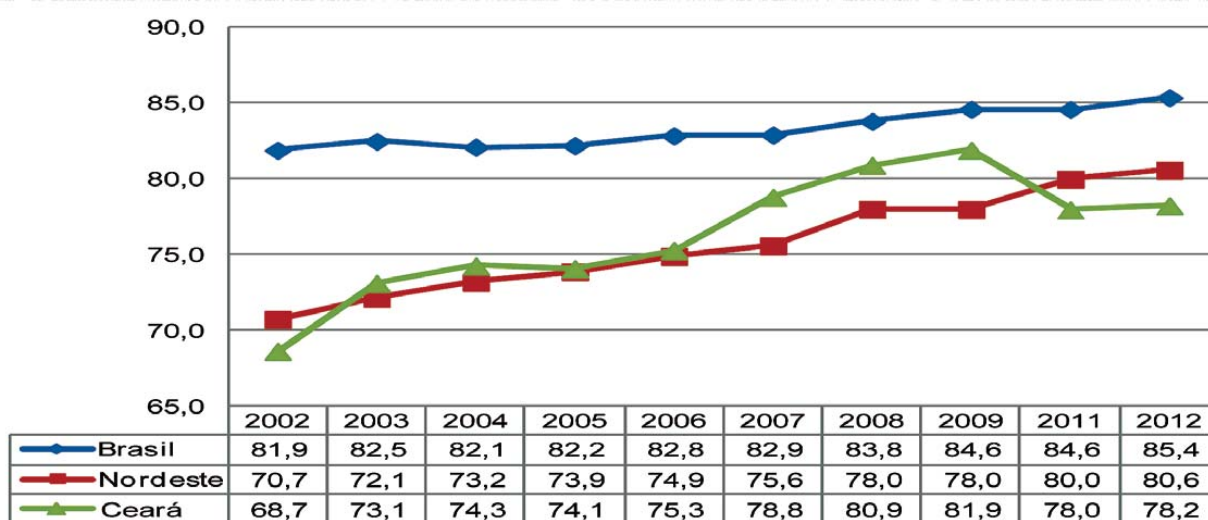
Essa seção refere-se à apresentação dos resultados dos indicadores relacionados às condições dos domicílios particulares e permanentes quanto o acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de lixo e energia elétrica. O acesso a esses itens representa a condição mínima e necessária para a qualificação da moradia dos indivíduos como adequada ou não.

2.1 SERVIÇO DE ÁGUA

A primeira análise refere-se ao indicador que mede a cobertura de serviços de abastecimento adequado de água à população, por meio de rede geral distribuição. O acesso à rede geral qualifica o domicílio com água de qualidade para uso humano, dessa forma, o indicador contribui para análises bastante usadas para subsidiar estudos do risco a saúde associados aos fatores ambientais.

O gráfico 2.1 demonstra o acompanhamento do indicador desde 2002¹ para Brasil, Nordeste e Ceará. Verifica-se que o número de domicílios brasileiros com acesso a rede geral de abastecimento de água passou de 81,9% em 2002 para 85,4% em 2012.

Gráfico 2.1: Porcentagem de domicílios com abastecimento de água adequado – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010).



Fonte: PNAD/IBGE.

¹No ano de 2010 não foi realizada PNAD por ser ano de pesquisa censitária. Para os anos de 2002 a 2009 e 2011 foram recalculados os indicadores utilizando os novos pesos, disponibilizados pelo IBGE em 2014.

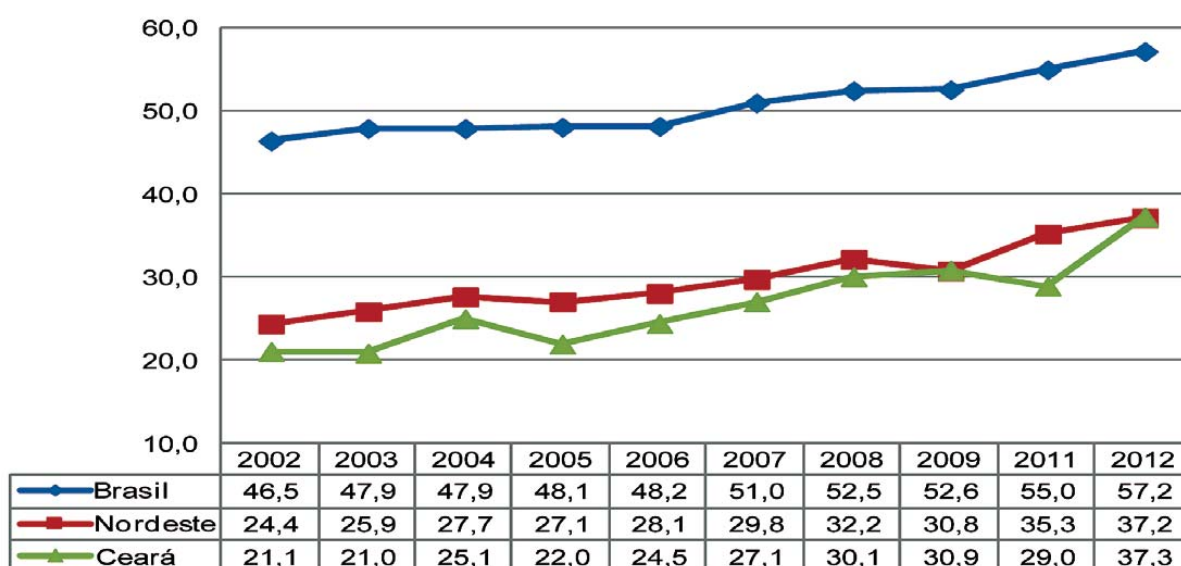
No Ceará a mudança foi de quase 10 p.p entre a taxa de 2002 e de 2012. Vale salientar que, além da significativa melhora a distancia do Estado à proporção do Brasil diminuiu bastante (em 2002, a diferença Brasil e Ceará era de 13,2 p.p. enquanto que, em 2012, a diferença caiu quase à metade- 7,2 pontos percentuais).

2.2 SERVIÇO DE ESGOTO

A existência de um sistema coletor de esgoto é fundamental para garantir o destino correto dos dejetos domiciliares e dessa forma melhorar a qualidade de vida da população, uma vez que deixa de poluir o meio ambiente.

O Gráfico 2.2 apresenta o indicador que mede a cobertura populacional com disposição adequada do esgoto sanitário, através de rede coletora. O último dado da PNAD mostrou que a cobertura do serviço no Brasil foi apenas de 57,2%. Isso significa que quase a metade da população não possui ainda a cobertura do referido serviço.

Gráfico 2.2: Porcentagem de domicílios com acesso à rede de coleta de esgoto – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010).



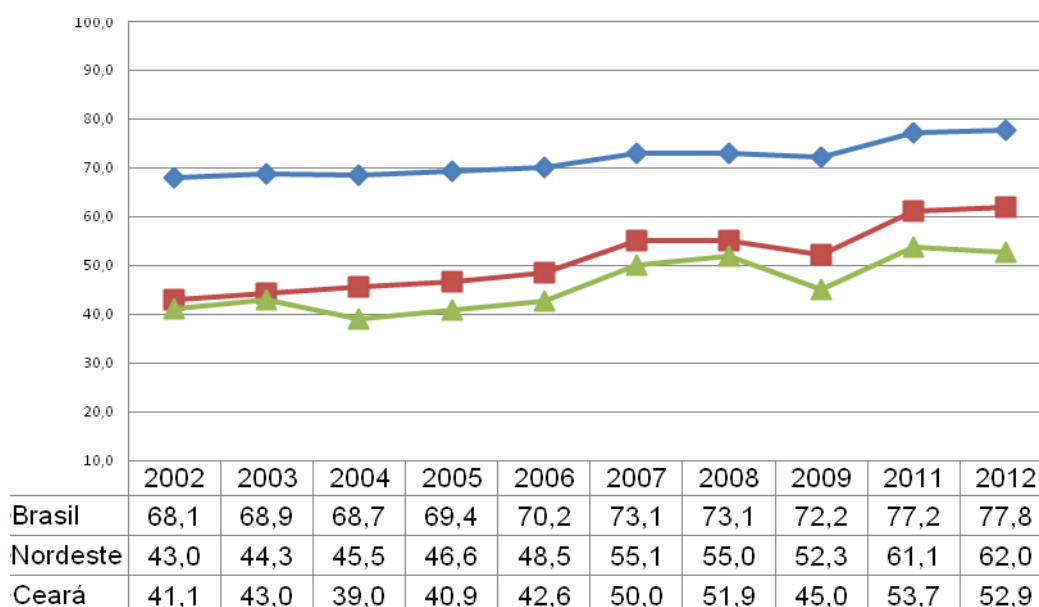
Fonte: PNAD/IBGE.

Comparativamente, o Estado do Ceará apresentou uma proporção desse indicador inferior à média nacional e um pouco acima da

média da região nordeste. O serviço esteve em apenas 37,3% dos seus domicílios cearenses em 2012.

Outra forma de qualificar o domicílio quanto aos serviços de esgoto, pode ser realizada pelo indicador de esgotamento sanitário adequado¹. Esse mede a cobertura populacional adequada do esgoto sanitário, através de rede coletora ou fossa séptica (gráfico 2.3). No país, em 2012, 77,8% do total de moradias contavam com este serviço. Enquanto no nordeste 62,0% e Ceará 52,9%.

Gráfico 2.3. Porcentagem de domicílios com esgotamento sanitário adequado – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010)

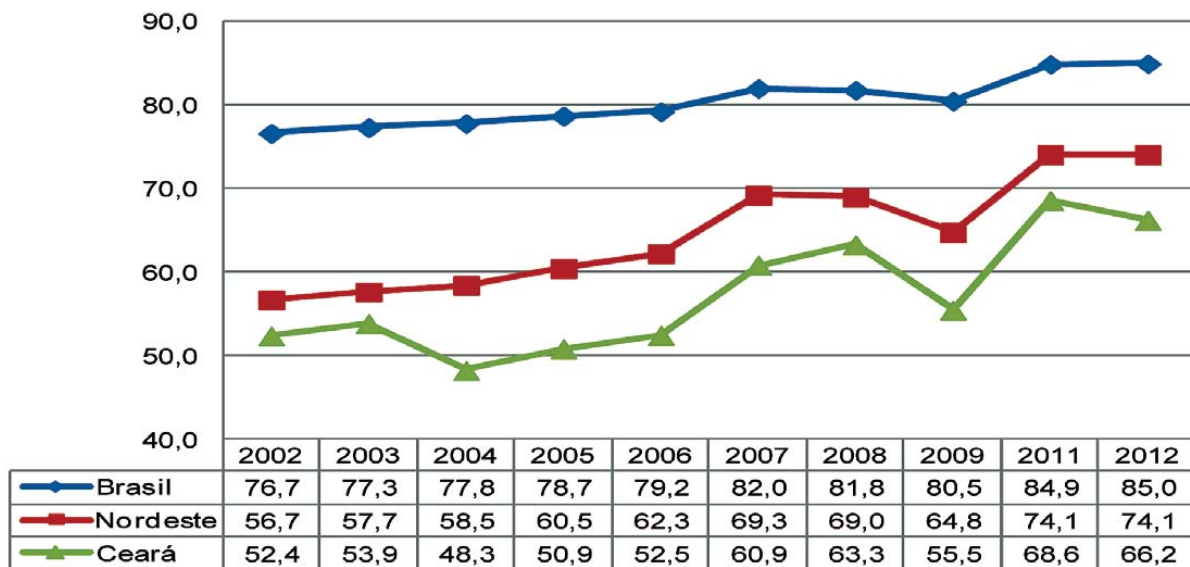


Fonte: PNAD/ IBGE.

Uma importante observação a respeito desse indicador esta na diferença regional do acesso entre domicílios no meio rural e urbano. Podemos dizer que o Brasil, está marcado por uma grande desigualdade entre essas áreas. No gráfico 2.4 a análise considera apenas o caso de domicílios urbanos. No Ceará enquanto a cobertura total era de 52,3%, a cobertura urbana era de 66,2%. Isso significa que no meio rural os domicílios precisam de mais atenção.

² Segundo IBGE a definição de Rede coletora é quando a canalização das águas servidas ou dos dejetos é ligada a um sistema de coleta que os conduz para o desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não tenha estação de tratamento da matéria esgotada; e de fossa séptica - quando vai para uma fossa, onde passam por um tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno ou canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município.

Gráfico 2.4: Porcentagem de domicílios urbanos com esgotamento sanitário adequado – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010).



Fonte: IBGE /PNAD.

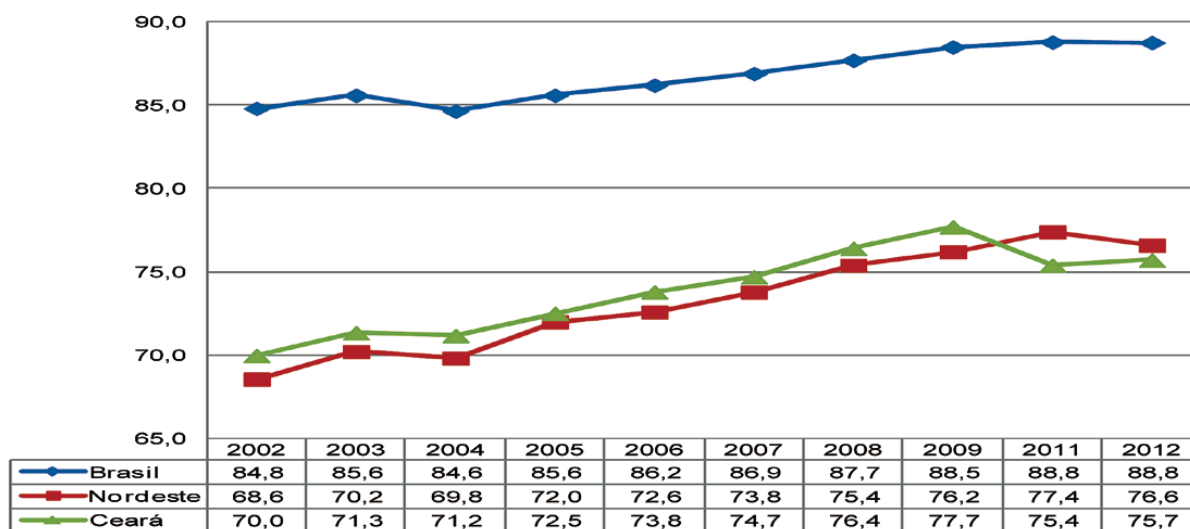
2.3 SERVIÇO DE COLETA DE LIXO

Outro aspecto importantíssimo, que também está relacionada aos diversos problemas de saúde pública e cuidado com meio ambiente, é a forma de como o lixo é coletado e tratado.

O Gráfico 2.5 apresenta as taxas do referido indicador na forma considerada adequada. Este se refere à coleta domiciliar de forma direta (por serviço ou empresa de limpeza, pública ou privada) ou indireta (quando o lixo é depositado em caçamba, tanque ou depósito de serviço por empresa de limpeza, pública ou privada, que posteriormente o recolherá).

No Brasil, o número de moradias atendidas pelo serviço passou de 54,4 milhões para 55,8 milhões, 88,8% do total em 2012, mesma participação apurada em 2011. Nordeste e Ceará, no último ano, apresentaram taxas menores 76,6% e 75,7% respectivamente.

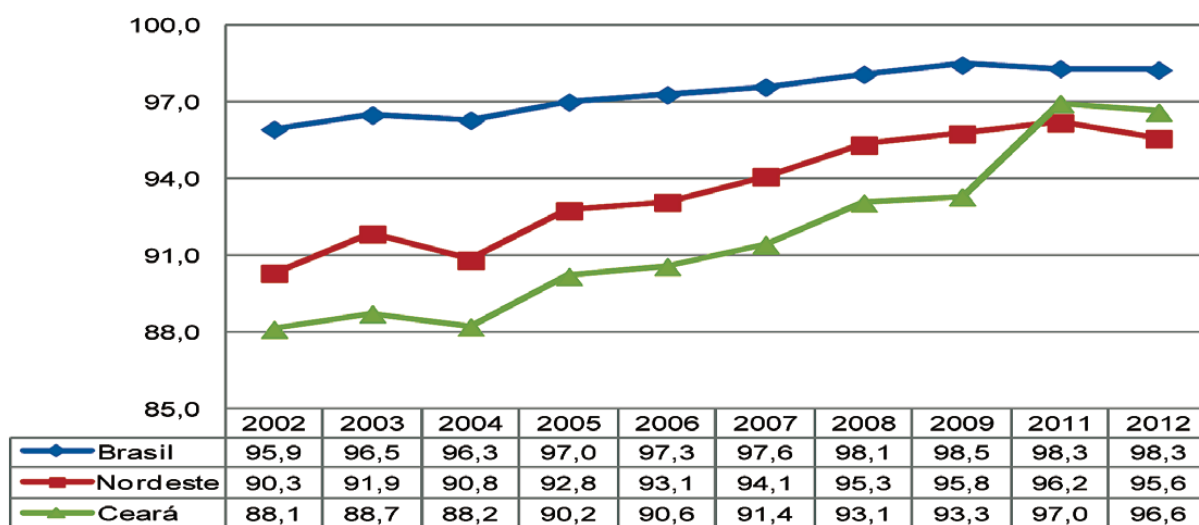
Gráfico 2.5: Porcentagem de domicílios com coleta adequada de lixo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010).



Fonte: IBGE /PNAD.

O serviço de coleta de lixo no país também apresenta diferenças significativas entre o meio rural e urbano. No Gráfico 2.6, nota-se que a proporção dos domicílios urbanos com coleta adequada de lixo é bastante alta, chegando, em 2012, a 98,3% no Brasil. Analisando os dados para Ceará verificou-se que no último ano da análise a taxa superou a taxa do nordeste. E quando se verifica a taxa de cobertura específica do meio urbano a taxa apresenta valor maior que a total de 20.9 p.p.

Gráfico 2.6: Porcentagem de domicílios urbanos com coleta adequada de lixo – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010).



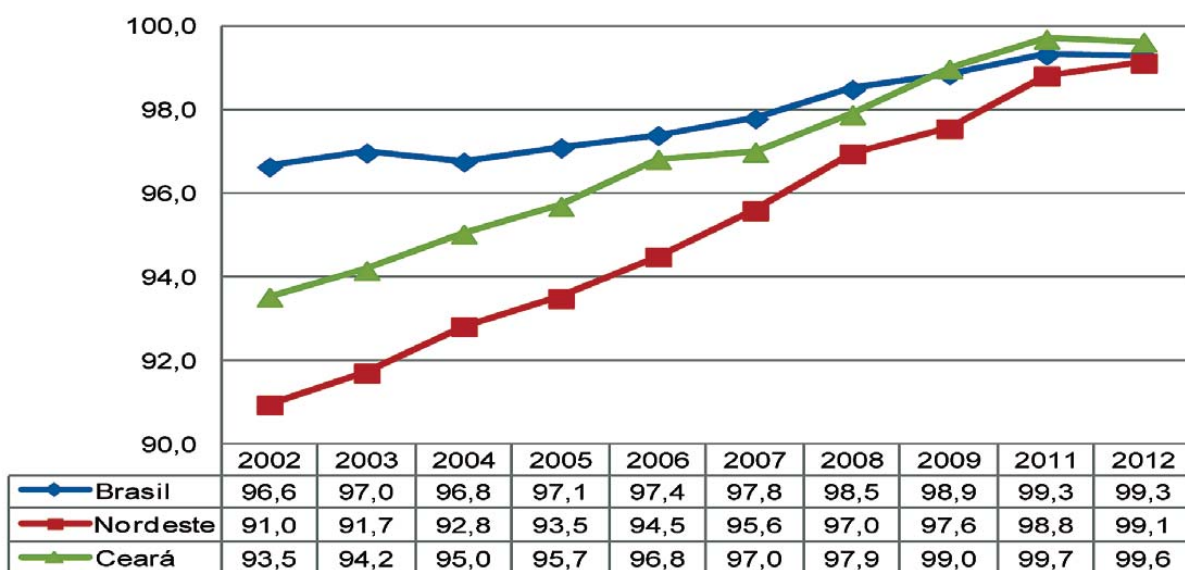
Fonte: PNAD/IBGE.

2.4 SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

Por fim, temos o último indicador, que diz respeito aos domicílios com energia elétrica. Também de extrema relevância por ser essencial para elevar a qualidade de vida da população e para a inclusão social. Esse indicador foi definido pela proporção de moradias cuja forma de iluminação é elétrica (de rede, gerador ou solar) e os resultados estão descritos no Gráfico (2.7).

Entre os demais qualificadores analisados nesse estudo (água, esgoto e lixo), esse foi o que apresentou a melhor taxa de cobertura, com quase a totalidade dos domicílios no Brasil, Nordeste e Ceará atendidos com esse serviço. Mais especificamente, o Ceará desde 2009 vem apresentando taxa superior a nordeste e Brasil.

Gráfico 2.7: Porcentagem de domicílios com energia elétrica – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010).



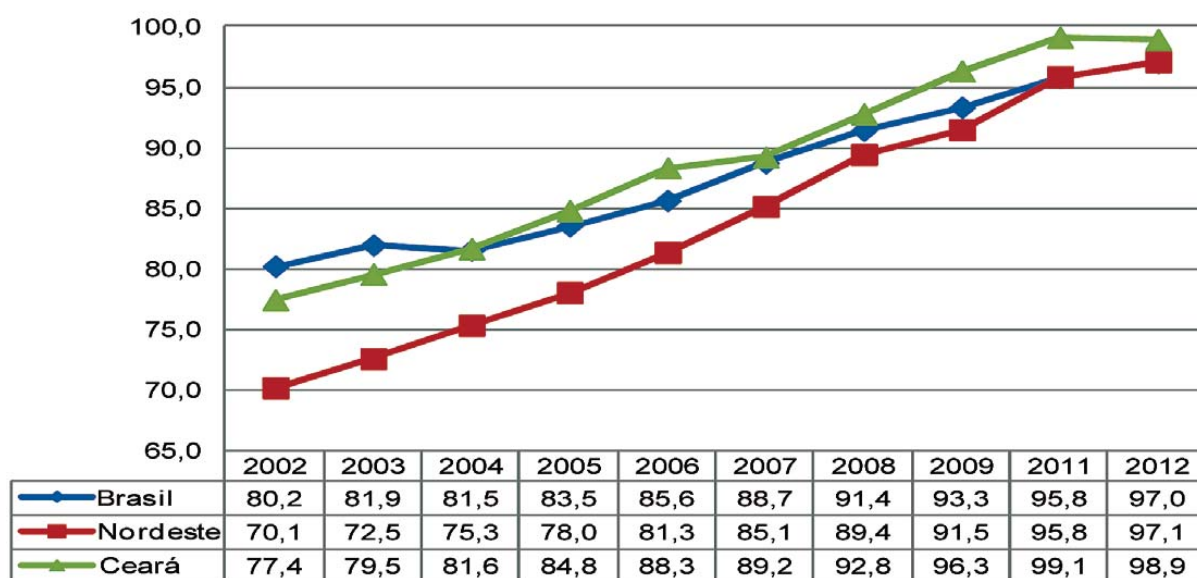
Fonte: IBGE /PNAD.

Vale salientar que, ao contrário dos demais indicadores aqui avaliados, a tendência à universalização do serviço tem sido possível uma vez que a cobertura no meio rural vem aumentando de forma significativa ao longo dos últimos anos.

Dessa forma, apresentamos o Gráfico 2.8 para os domicílios do

meio rural. No ano de 2002, apenas 77,4% dos domicílios rurais do Ceará tinham energia elétrica, já em 2012, este percentual aumentou mais de 20 p.p, ficando com taxa de 98,9%. Tal comportamento do indicador é importante, pois verifica a redução das disparidades existentes entre domicílios de áreas geográficas diferentes. Dentre as políticas públicas na área, destaca-se a atuação do Programa Luz Para Todos do governo federal em parceria com o Governo do Estado do Ceará e a Coelce.

Gráfico 2.8: Porcentagem de domicílios rurais com energia elétrica – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010).



Fonte: IBGE /PNAD.



SAÚDE



3. SAÚDE

Nesta seção são apresentados alguns resultados para a saúde. Os indicadores de saúde são instrumentos utilizados para avaliar as condições de vida de uma população e são ferramentas importantes na elaboração de políticas públicas.

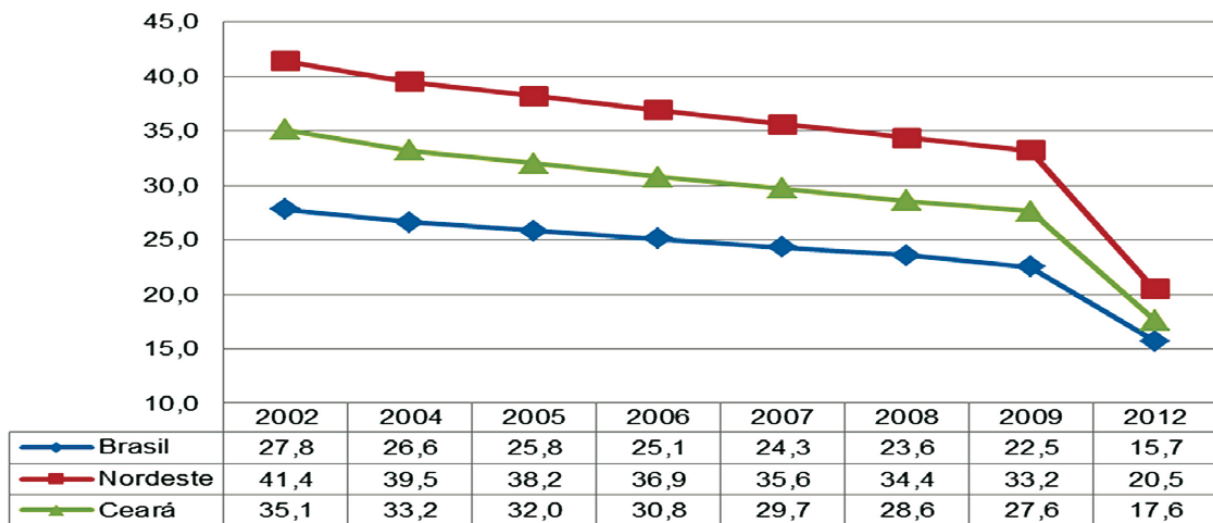
Dois indicadores são apontados pelo IBGE como principais referências para avaliações na área de saúde. Um deles é a taxa de mortalidade infantil. É de fundamental importância conhecer o seu perfil com a finalidade da formulação de melhores estratégias que permitam o seu controle. O outro indicador é o de esperança de vida ao nascer, também de suma importância na mensuração da qualidade de vida das pessoas, pois sintetiza os efeitos de uma série de melhorias e avanços nas condições de saúde existentes.

O coeficiente de mortalidade infantil é a relação entre o número de óbitos de crianças menores de um ano e o número de nascidos vivos em determinado local e ano civil calculado na base de mil nascidos vivos.

No Gráfico 3.1 consta a evolução desse indicador para o Brasil, Nordeste e Ceará, no período entre 2002 e 2012. Os anos de 2010 e 2011 não estão disponíveis nas séries disponibilizadas pelo IBGE.

Conforme o gráfico citado indica, a taxa de mortalidade infantil ainda é relativamente elevada em todas as áreas geográficas analisadas (se comparadas a regiões mais desenvolvidas), mas vem mostrando uma trajetória consistente de redução ao longo do tempo. Essa trajetória pode ser reflexo tanto da melhoria das condições socioeconômicas da população nos últimos anos, bem como o efeito de políticas específicas que acabam reduzindo os óbitos das crianças de até um ano de vida, tais como as políticas de saúde preventiva, de saneamento básico e de educação.

Gráfico 3.1: Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012.

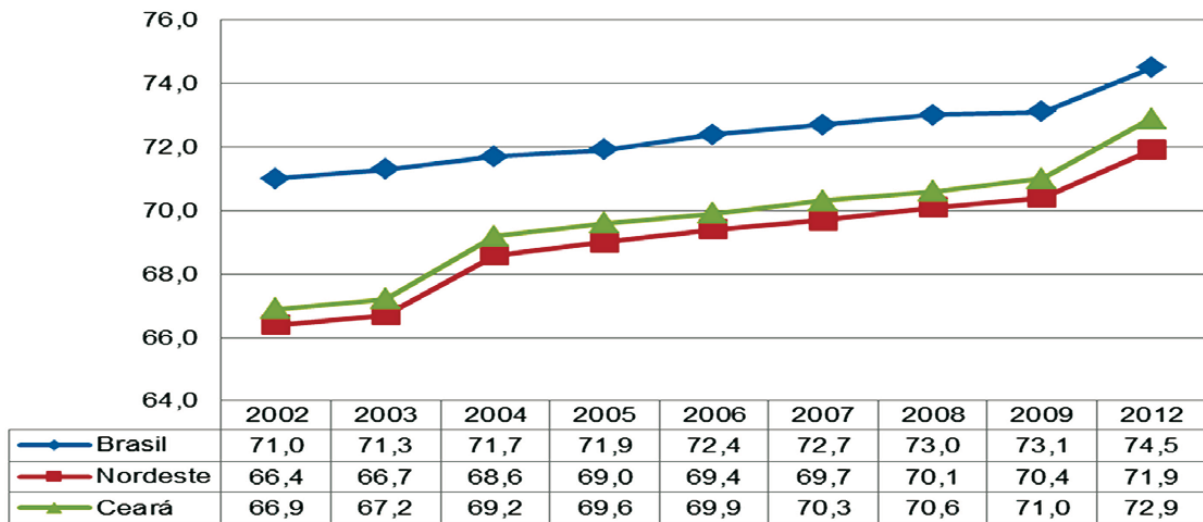


Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (IBGE). Elaboração IPECE.

Em termos de variação absoluta, a mortalidade infantil no Estado do Ceará, passou de 35,1 óbitos por cada 1.000 nascidos vivos em 2002, para 17,6 óbitos por cada 1.000 nascidos vivos em 2012, ou seja, uma redução de aproximadamente 50% neste indicador, representando uma queda de 17,5 óbitos para cada 1.000 nascidos vivos em um período de dez anos. Vale salientar que a mortalidade infantil no Ceará se aproxima cada vez mais da média nacional (15,7 óbitos por 1.000 nascidos vivos), se distanciando da média regional (20,5 óbitos por 1.000 nascidos vivos).

A redução da taxa de mortalidade infantil foi acompanhada pelo acréscimo na esperança de vida ao nascer das populações do Brasil, Nordeste e Ceará, conforme ilustra o Gráfico 3.2.

Gráfico 3.2: Esperança de Vida ao Nascer – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012.



Fonte: Síntese de Indicadores Sociais (IBGE). Elaboração IPECE.

Conceitualmente, a esperança de vida ao nascer pode ser definida como o número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade observada em dada população durante um dado período.

Desta forma, esse indicador é, também, muito importante na mensuração da qualidade de vida das pessoas e sintetiza os efeitos de uma série de melhorias e avanços nas condições de saúde existentes, tanto preventivas como curativas, bem como nas condições socioeconômicas dos indivíduos.

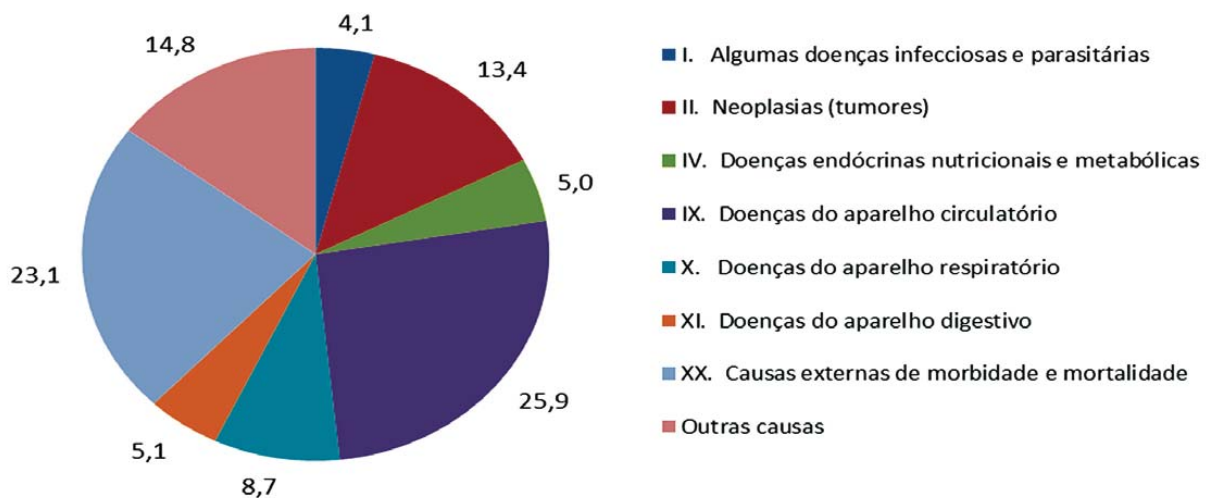
Segundo se constata no referido gráfico, no período entre 2002 e 2012, a cada ano há um considerável acréscimo no número de anos referentes à expectativa de vida da população, ou seja, as pessoas nascidas no Ceará aumentaram sua expectativa de vida em aproximadamente em 6 anos. Essa variação foi um pouco maior do que a variação observada para o Nordeste, 5,5 anos, e substancialmente maior do que a variação observada para o Brasil, 3,5 anos.

Embora as constantes reduções da mortalidade infantil contribuam para a evolução da expectativa de vida da população cearense, é importante considerar também as possíveis causas de morte que

mais incidem na população.

O Gráfico 3.3 apresenta as principais causas de morte para a população masculina no Ceará em 2011. Claramente, percebe-se que as doenças do aparelho circulatório (25,9%), doenças do aparelho respiratório (8,7%) e as neoplasias (13,4%) respondem por 48% das causas de morte da população masculina no Ceará.

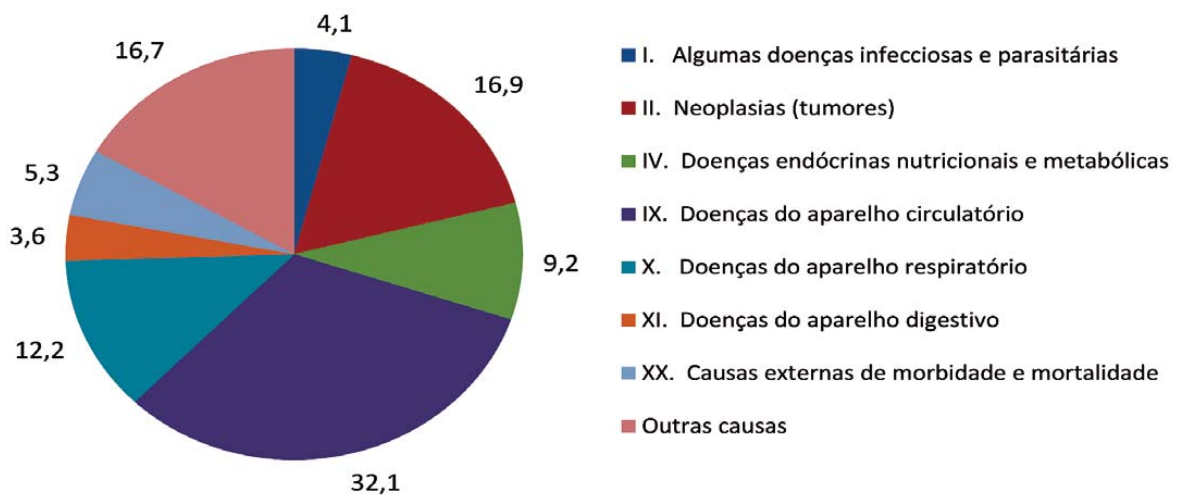
Gráfico 3.3: Causas de Morte para o Sexo Masculino no Ceará (%) - 2011.



Fonte: SIM/DATASUS.

O mais preocupante é o percentual de mortes por causas externas entre os homens, o qual atingiu 23,1% da população masculina. Dentre essas causas estão os óbitos ocorridos no trânsito e óbitos por causas violentas. Ainda que parte das mortes por causas externas seja decorrente de fatalidades, em determinado grau, tais mortes poderiam ser evitadas. Sem dúvida, os números apontam um elevado grau de vulnerabilidade do sexo masculino a esse tipo de ocorrência de óbitos. Corroborando tal evidência, observa-se que o percentual de mortes por causas externas entre as mulheres cai para 5,3% como mostra o Gráfico 3.4, abaixo.

Gráfico 3.4: Causas de Morte para o Sexo Feminino no Ceará (%) - 2011.



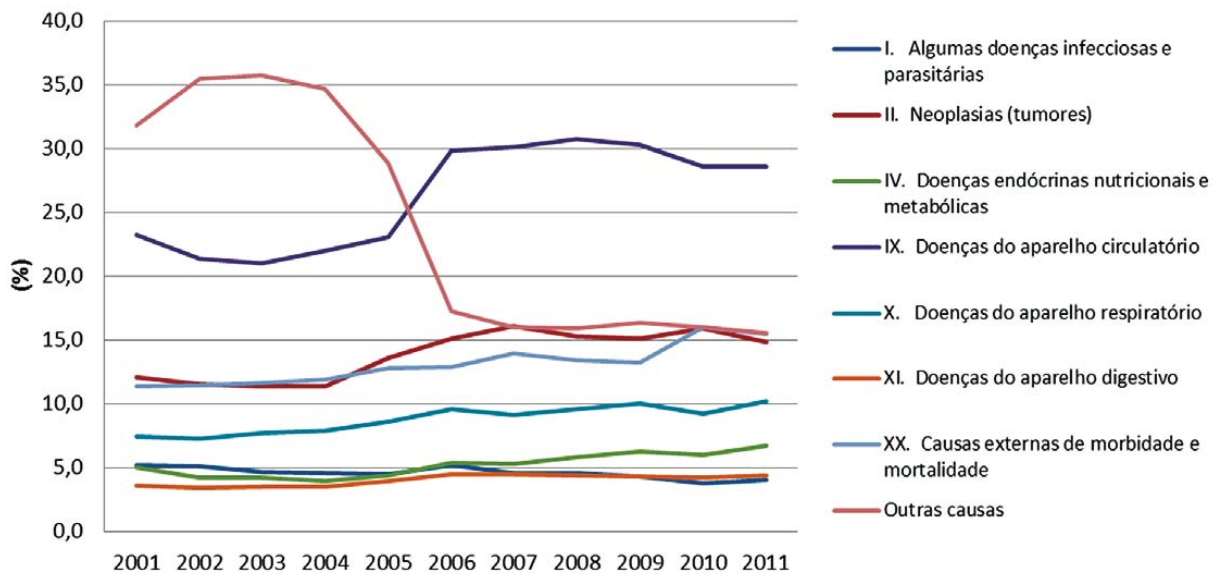
Fonte: SIM/DATASUS.

A causa de morte que mais incide sobre as mulheres são as doenças do aparelho circulatório (32,1%), as neoplasias (16,9%), e as doenças do aparelho respiratório (12,2%). Essas três causas de mortes responderam conjuntamente por 61,2% dos óbitos do sexo feminino em 2011 no Ceará.

Ademais, a revisão mais precisa das causas de mortes no Ceará fez com que diversas ocorrências anteriormente classificadas com mal definidas passassem a ser mais bem identificadas. Essa é uma das razões pela qual o percentual de mortes causadas por doenças do aparelho circulatório cresceu substancialmente a partir de 2006, enquanto a parcela atribuída às outras doenças decresceu. Todavia, as doenças do aparelho circulatório permaneceram como a principal causa de morte no Ceará (28,6%).

Enquanto, em 2001, as neoplasias (15,1%) superavam as doenças por causas externas (11,4%), esse cenário se reverte dez anos depois. Em 2011, 15,5% dos óbitos foram devido às causas externas, enquanto 14,9% foram decorrentes de neoplasias. Nesse contexto, as causas externas passaram a ser a segunda maior causa de morte no Ceará em 2011.

Gráfico 3.5: Tendência das Causas de Morte no Ceará entre 2001 e 2011.



Fonte: SIM/DATASUS.

Portanto, para garantir uma evolução da expectativa de vida da população no longo prazo, as políticas públicas devem ter como foco a redução da mortalidade infantil, bem como a redução do número de mortes por causas externas que vem crescendo durante os últimos 10 anos.



EDUCAÇÃO



4. EDUCAÇÃO

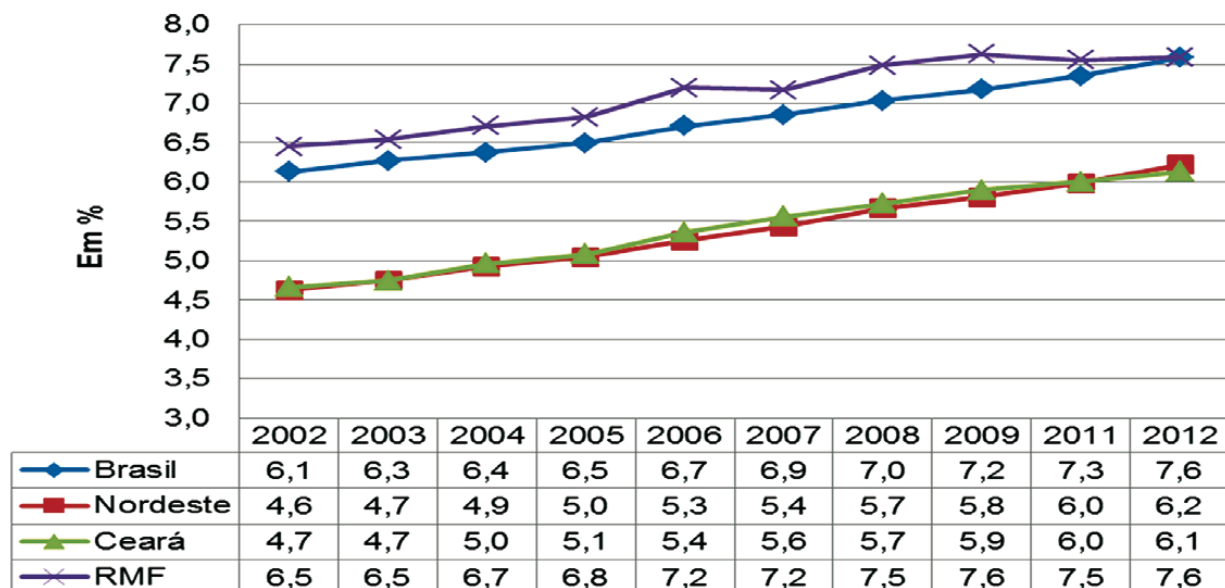
Destaca-se nessa seção a evolução dos indicadores educacionais nos últimos 10 anos (2002 a 2012). Os dados apresentados são de suma importância visto que permitem observar os avanços feitos na última década na área da educação. Além disso, fornecem um diagnóstico sobre a situação da educação ao longo dos anos, provendo um conjunto de informações que possa subsidiar novos estudos e debates para o planejamento de políticas públicas para a melhoria do contexto educacional do país.

Portanto, não diferente das demais seções do presente documento, aqui é feito um comparativo entre o estado do Ceará, Brasil, Nordeste e Região Metropolitana de Fortaleza. É importante também destacar as limitações impostas, mesmo tendo em mãos uma série completa para uma década, é preciso frisar que resultados que envolvem medidas de educação demoram a surtir efeitos em termos quantitativos. Serão apresentados os indicadores referentes à Escolaridade Média da População de 25 anos ou mais; Taxa de Analfabetismo da população de 15 anos ou mais; Percentual de Analfabetos Funcionais de 25 anos ou mais; Percentual da População de 15 anos ou mais com pelo menos o Ensino Fundamental Completo; e Percentual da população de 25 anos ou mais com pelo menos o Ensino Médio Completo ou Superior Completo.

Inicialmente, considerando a evolução dos anos de estudos da população adulta no período, percebe-se que a escolaridade média da população cearense, que em 2012 estava em torno de 6,1 anos de estudos, se encontrava aquém da média brasileira (7,6 anos). Além disso, pela média do Estado, e o resultado alcançado pelos municípios localizados na Região Metropolitana de Fortaleza (7,6 anos de estudos), é possível constatar a diferença entre a escolaridade média das pessoas que residem na capital ou municípios próximos e aqueles que vivem no interior.

Essa diferença regional é um indicador importante para a elaboração de políticas públicas de redução da desigualdade socioeconômica no Estado. Pois, como muitos estudos já comprovaram, o crescimento do número de anos de estudos associado à qualidade do ensino está correlacionado diretamente com o desenvolvimento sustentável de uma região.

GRÁFICO 4.1: Escolaridade Média de Adultos – 25 anos ou mais (em anos de estudo).



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

Embora no último decênio tenham ocorrido importantes avanços neste indicador, associado, sobretudo, com a melhoria dos investimentos e na universalização do Ensino Fundamental em meados da década de 90, ainda existe um longo caminho para o brasileiro atingir uma escolaridade média desejável. Visto que, se analisarmos pelo grau de instrução concluído, em média, a população adulta não chega nem ao menos a alcançar o ensino fundamental completo, ciclo considerado obrigatório no Brasil, já que para completar essa etapa de ensino é necessário completar nove anos escolares. O ideal seria que a população dedicasse, em média, de 12 a 13 anos de sua vida aos estudos, corresponde ao ensino médio completo.

Outros dois indicadores básicos importantes para avaliar o nível de escolarização da população adulta é a taxa de analfabetismo das

peças de 15 anos ou mais e o percentual de analfabetos funcionais entre a população de 25 anos ou mais, que estão expostos nos gráficos 4.2 e 4.3, respectivamente.

Os resultados do Gráfico 4.2 corroboram com o aumento do nível de escolaridade da população apresentado no gráfico anterior. Como pode ser observado, em um período de 10 anos, o Brasil reduziu mais de três pontos percentuais a taxa de analfabetismo, enquanto o Ceará teve uma redução de mais de seis pontos percentuais. No entanto, mesmo com um quadro de redução maior que a do Brasil, atualmente a taxa de analfabetismo no Estado é o dobro da brasileira. Apresentando resultados semelhantes a da Região Nordeste. Já a Região Metropolitana de Fortaleza exibiu resultados semelhantes à taxa encontrada no Brasil.

Já os dados do gráfico 4.3, mostram outro quadro ainda menos auspicioso da realidade educacional, em termos de alfabetização— a Taxa de Analfabetismo Funcional. Para calcular este indicador, utiliza-se o número de pessoas com menos de quatro anos de estudos entre a população de 25 anos ou mais.

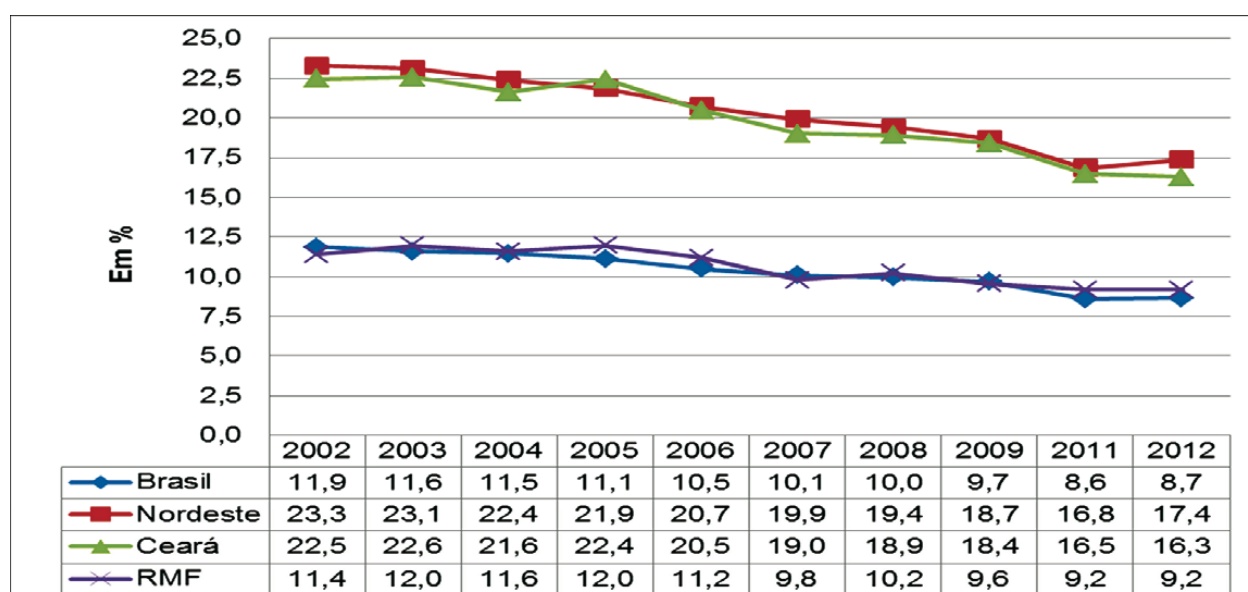
De fato, apesar dos seguidos avanços em todas as áreas geográficas ao longo dos anos, o percentual de analfabetos funcionais ainda se encontra em patamares elevados. Por exemplo, no Brasil, quase $\frac{1}{4}$ da população ainda se encontra nesta situação, a maioria desses analfabetos funcionais está na Região Nordeste, onde 35,1% da população, em 2012, faz parte desse grupo.

Seguindo tendência similar, o estado do Ceará tem 35,5% da sua população de 25 anos ou mais com menos de quatro anos de estudos. E a Região Metropolitana de Fortaleza acompanha o quadro geral do país.

Não se pode deixar de destacar, contudo, a evolução da redução do percentual de analfabetos funcionais na última década, sobretudo no Nordeste e no Ceará. O que mais chamam a atenção é o grande número de pessoas nessa situação no início da década e a velocidade de redução. Em 2002, 48,8% e 47,3%, respectivamente,

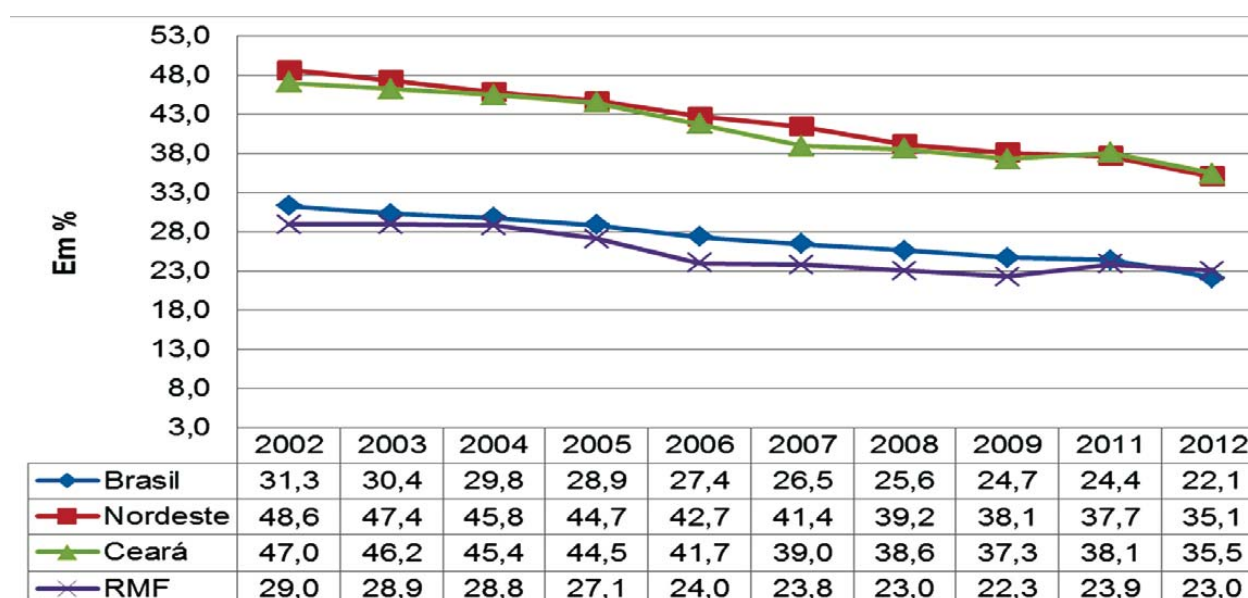
da população adulta estavam nesta situação, o que revelava um quadro crítico dessas regiões.

GRÁFICO 4.2: Taxa de Analfabetismo – Pessoas com 15 anos ou mais (%).



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

GRÁFICO 4.3: Percentual de Analfabetismo Funcional entre Adultos – 25 anos ou mais (%).



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

Uma das principais quedas dos indicadores apresentados anteriormente são reflexos de escolhas políticas no país a partir da metade do século passado. Ao longo do processo de industrialização

e modernização de sua economia, o país passava por um período de forte transição demográfica, mas com poucos investimentos em educação.

Na década de 1960, muitos países como México e Coréia do Sul tinham escolaridade média e índices de analfabetismo semelhantes ou bem aquém do Brasil. Vintes anos depois, principalmente no caso da Coréia do Sul, os avanços são surpreendentes, não somente em termos quantitativos, mas também em termos qualitativos, reflexo de uma política bem orientada para a área.

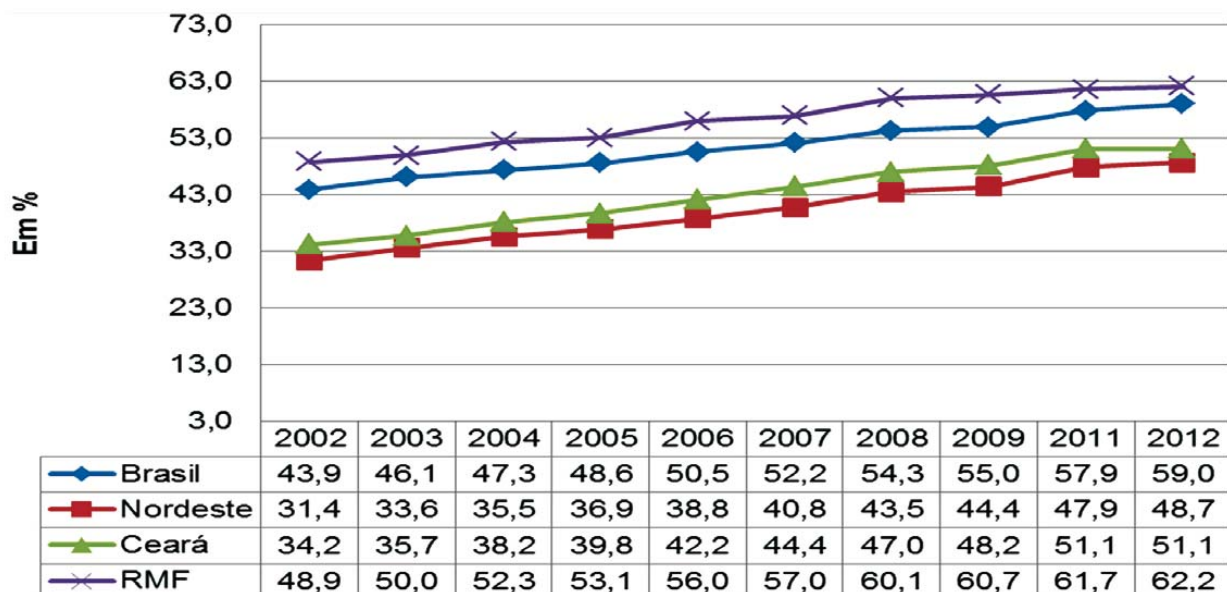
Outro indicador tão importante quanto à taxa de analfabetismo é a composição do nível educacional da população por diferentes níveis – ensino fundamental completo, ensino médio completo e ensino superior completo. Mais uma vez, deve-se chamar atenção que a análise se desvincula da questão da qualidade. Esse é um tema que também requer um maior aprofundamento de debate tendo em vista que as avaliações nacionais – SAEB e Prova Brasil – assim como as internacionais, – PISA, vem ratificando a baixa qualidade do ensino brasileiro. Todavia, o baixo quantitativo ainda premente o torna como principal foco de análise.

Nesses termos, os gráficos 4.4, 4.5 e 4.6, a seguir, contém, respectivamente, o percentual da população com pelo menos o ensino fundamental, médio e superior completo. Para o ensino fundamental, a linha de corte para idade foi para as pessoas de 15 anos ou mais. No caso do ensino médio e do ensino superior, considerou-se as pessoas de 25 anos ou mais.

No que tange ao nível de instrução da população de 15 anos ou mais que completou o ensino fundamental, desagregada entre as regiões analisadas, percebe-se que no Brasil, da população nesta faixa etária, 59%, em 2012, tinha completado essa etapa de ensino. Em relação às taxas apresentadas pelos cearenses, observa-se que no Estado, a proporção de pessoas com este nível de ensino é superior a da Região Nordeste, 51,1% e 48,7%, respectivamente.

A RMF tem 62,2% da população nessa faixa de idade com ensino fundamental completo, três pontos percentuais acima da média nacional. Como fica claro, a perspectiva futura é de aumento do estoque daqueles que completaram este grau de ensino.

GRÁFICO 4.4: Percentual da População com pelo menos o Ensino Fundamental Completo – 15 anos ou mais (%).



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

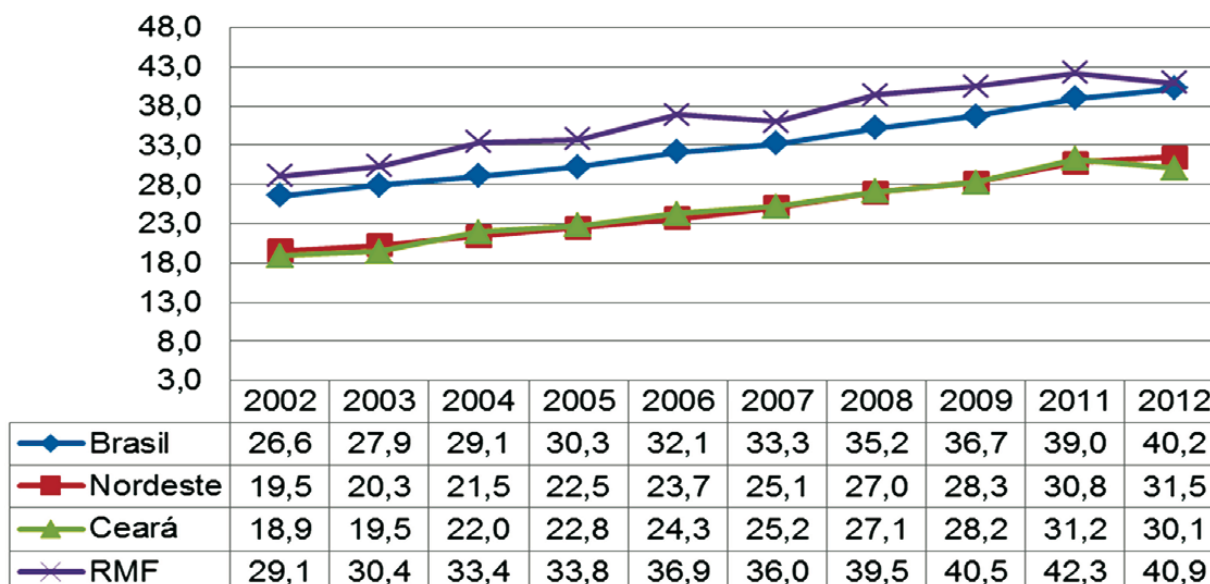
No gráfico 4.5, são expostos os resultados referentes àqueles que completaram pelo menos o Ensino Médio. Não muito diferente dos demais indicadores, os valores apresentados pela Região do Nordeste e o estado do Ceará são muito próximos, e com valores bem abaixo da média nacional, enquanto a Região Metropolitana de Fortaleza segue com resultados superiores ao do Brasil.

Como o nível de Ensino Médio é, em tese, de conteúdo técnico e com rudimentos para o exercício profissional, isso explica a alta concentração na área metropolitana, onde se dá a predominância de empregos para esses fins.

Do ponto de vista relativo, quando comparado com aqueles que já concluíram o Ensino Fundamental, o percentual daqueles com Ensino Médio Completo é alto. No entanto, dentro de um quadro internacional, estamos ainda com um baixo estoque.

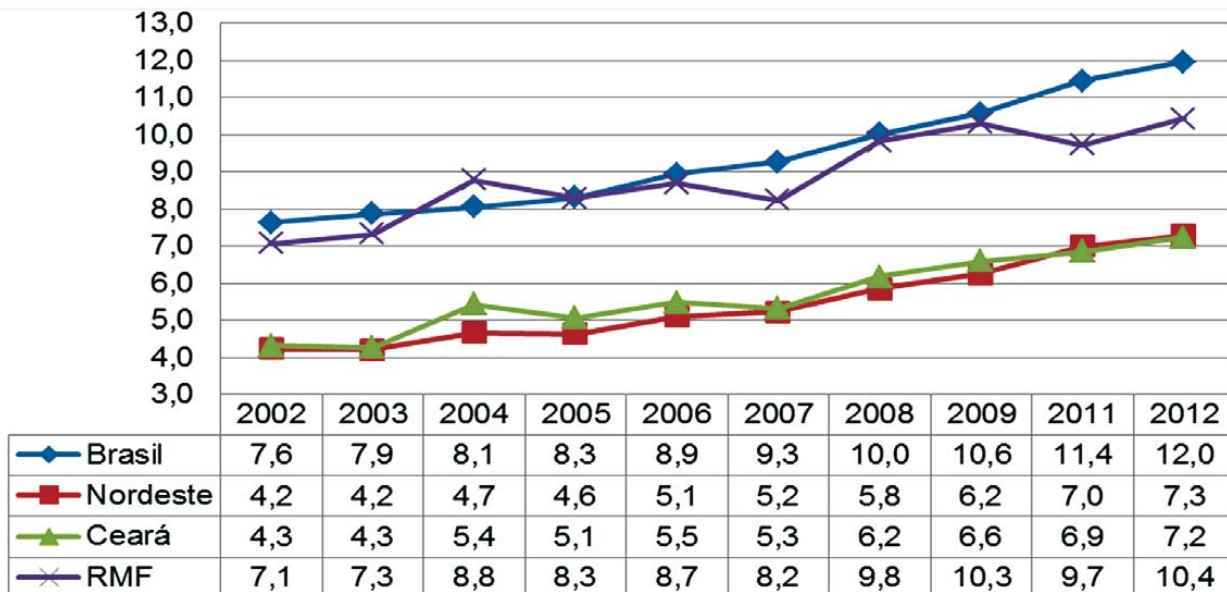
Nos países desenvolvidos, em geral, o total da população com esse grau de ensino chega a pelo menos 80%. Países como os Estados Unidos, já final do século XIX, iniciaram o processo de universalização do ensino para todos de modo a igualar as condições de oportunidades na população.

GRÁFICO 4.5: Percentual da População Adulta com pelo menos o Ensino Médio Completo – 25 anos ou mais (%).



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

Finalmente, no Gráfico 4.6, observa-se o percentual daqueles que concluíram o nível superior completo na população de 25 anos ou mais de idade. Mesmo que o Brasil, em geral, e a Região Metropolitana de Fortaleza, detenham valores bem maiores que a Região Nordeste e o estado do Ceará, a situação geral não é nada alentadora. Novamente, a título de comparativo internacional, países com renda média como o Brasil detêm percentuais de 30% de sua população com esse nível de ensino, enquanto nos países desenvolvidos esse percentual ultrapassa mais de 50%.

GRÁFICO 4.6: Percentual da População com Nível Superior Completo – 25 anos ou mais (%).

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração IPECE.

Nos próximos anos, com a larga expansão do ensino superior ao longo da última década, é provável que esse quantitativo venha a crescer vertiginosamente. Todavia, barreiras associadas à qualidade dos formados, além da abundância de alguns cursos bem como a escassez de outros são grandes desafios a serem enfrentados no ensino superior brasileiro.



TRABALHO E RENDIMENTO



5. TRABALHO E RENDIMENTO

O mercado de trabalho cumpre um papel de extrema importância ao refletir diversos aspectos econômicos e sociais. Após a mensuração direta da produção, a análise do mercado de trabalho constitui a principal alternativa de grande significado para avaliar o nível de atividade econômica. Além disso, diversos indicadores relacionados ao trabalho podem refletir, além de características específicas de empregos e ocupação, fatores demográficos, educacionais e institucionais.

Dada essa importância, no presente capítulo são apresentados e discutidos indicadores do mercado de trabalho no Ceará, calculados para o período compreendido entre os anos de 2002 e 2012. Dentre os indicadores abordados estão as taxas de participação, ocupação e desemprego, bem como o rendimento real médio do trabalho. Além desses indicadores clássicos, são apresentados alguns indicadores importantes para a compreensão da dinâmica do mercado de trabalho cearense nos últimos anos, como a relação entre escolaridade e rendimentos, o diferencial de rendimentos por gênero, o grau de informalidade, a taxa de participação por grupo etário e a distribuição setorial dos ocupados.

Com o objetivo de tratar do panorama recente do mercado de trabalho cearense tais indicadores foram calculados a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram consideradas as observações da amostra da PNAD e seus respectivos fatores de expansão.

No que tange aos indicadores clássicos, os dados relativos aos Ceará são confrontados com indicadores em outras dimensões geográficas: Brasil, Nordeste e Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). O objetivo é realizar um comparativo entre estas dimensões territoriais

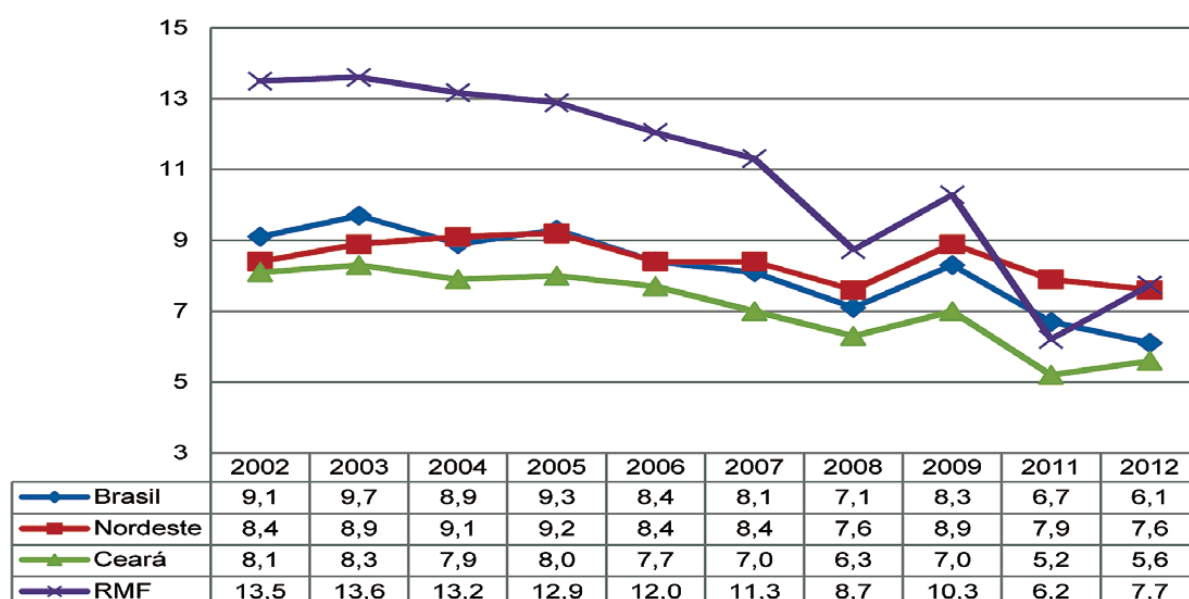
e obter parâmetros para a análise da realidade cearense. Em outros casos, o foco é dado sobre os indicadores em nível estadual, principal objetivo da presente análise.

Ao longo do período analisado, os indicadores apresentaram uma tendência positiva com redução do desemprego e crescimento dos rendimentos do trabalho. No entanto, após 2009 os dados mostram uma brusca mudança na população economicamente ativa, que se reflete negativamente sobre as taxas de participação e ocupação.

5.1 DESEMPREGO, OCUPAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

O primeiro indicador analisado é a taxa de desemprego que talvez seja o indicador que melhor representa um “termômetro” do mercado de trabalho. A taxa de desemprego é mensurada pela razão entre a população desocupada (desempregada) e a população economicamente ativa (PEA). Dessa forma representa a parcela de indivíduos que está no mercado de trabalho, ofertando trabalho, mas sem sucesso em obter emprego. A evolução da taxa de desemprego entre os anos de 2002 e 2012 nas quatro dimensões geográficas consideradas pode ser visualizada no Gráfico 5.1.

Gráfico 5.1: Taxa de desemprego (2002-2012) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.

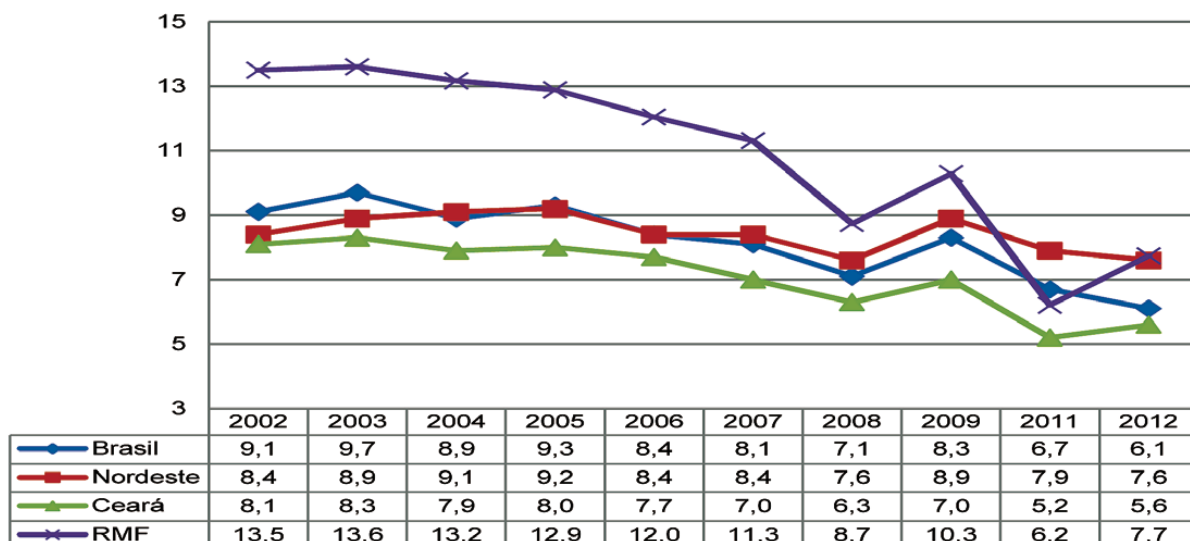


Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do IPECE.

Ao longo da década é possível ver uma tendência de queda na taxa de desemprego. Apesar de uma breve interrupção em 2009, no intervalo até 2011 foi possível observar uma forte redução do desemprego. Essa queda no desemprego em 2011, no entanto, não representou uma retomada da tendência de queda nos casos do Ceará e da RMF, que mostraram um aumento na taxa de desemprego em 2012.

Outro indicador bastante requisitado é a taxa de ocupação que indica o percentual de trabalhadores em idade ativa que estão ocupados. Assim, a taxa é calculada por meio da razão entre os trabalhadores ocupados e a população em idade ativa (PIA). O Gráfico 5.2 mostra a evolução da taxa de ocupação no período.

Gráfico 5.2: Taxa de ocupação (2002-2012) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.



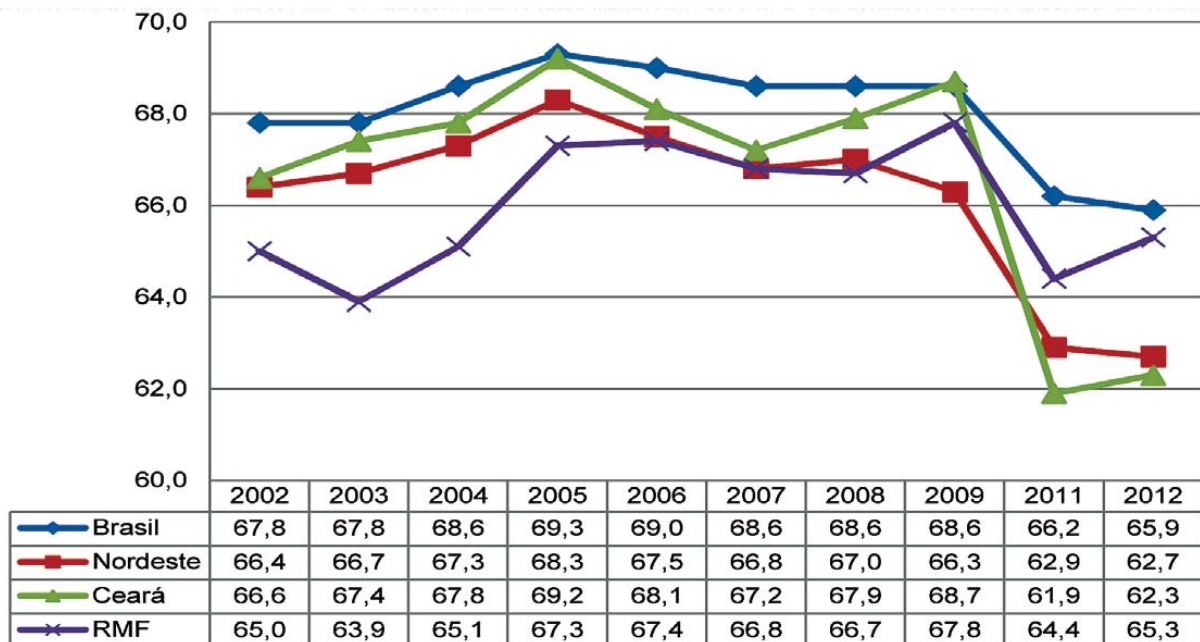
Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do IPECE.

De modo geral, a taxa de ocupação apresentou uma tendência de elevação ao longo dos anos considerados, com um crescimento bastante forte na RMF entre 2003 e 2008. Após 2008, uma reversão dessa tendência foi observada quando considerados os dados do Brasil e do Nordeste, e no Ceará após 2009. Nos anos de 2011 e 2012, a taxa de ocupação se manteve praticamente constante.

A taxa de participação calculada por meio da razão entre PEA e a PIA, expressa a proporção de pessoas em idade ativa (PIA) incorporadas ao mercado de trabalho como ocupadas ou desempregadas, ou

seja, economicamente ativas (PEA). Da mesma forma que as taxas de ocupação e desemprego, observa-se uma queda no valor do indicador entre os anos de 2009 e 2011, nesse caso, ainda mais acentuada. O Gráfico 5.3 mostra a trajetória da taxa de participação para as quatro dimensões consideradas no período.

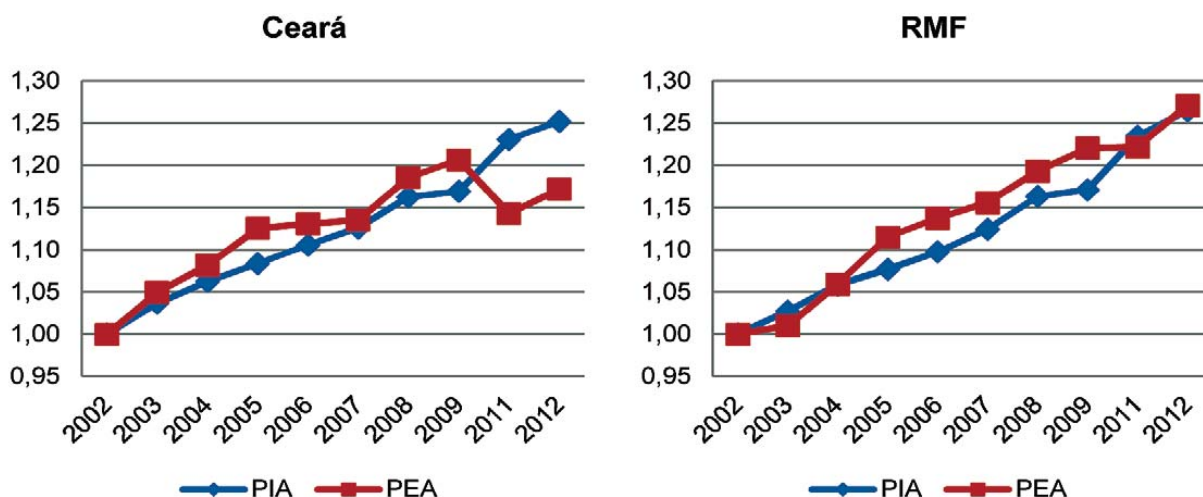
Gráfico 5.3: Taxa de participação (2002-2012) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do IPECE.

Com o intuito de compreender melhor a dinâmica da taxa de participação, e dos demais indicadores, nos anos mais recentes, o Gráfico 5.4 mostra a evolução da PIA e da PEA para o estado do Ceará e para a RMF. Observa-se uma clara tendência de crescimento da PIA e da PEA ao longo da década de 2000, com esta segunda apresentando um crescimento ainda mais destacado. No ano de 2009 existe uma “quebra” dessa tendência de crescimento da PEA no Ceará (que também ocorreu no Nordeste e no Brasil), enquanto que na RMF ela se mantém. Após a redução entre 2009 e 2011, o dado mostra que a PEA volta a crescer em 2012.

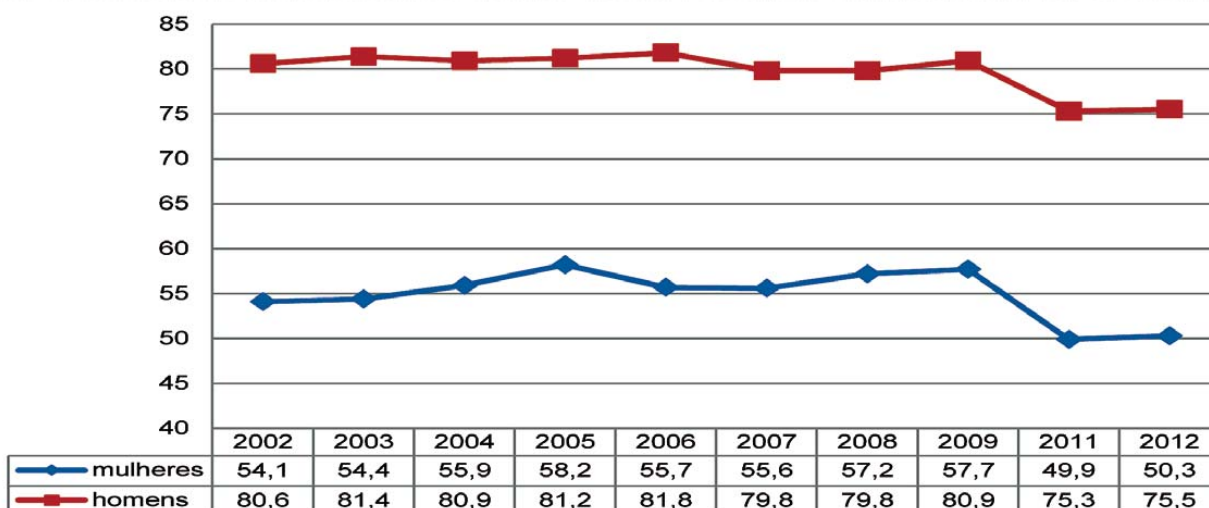
Gráfico 5.4: Evolução da PIA e da PEA (2002-2012) – Ceará e RMF.



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do IPECE.

A análise deste grupo de indicadores também é bastante interessante quando discriminada de acordo com grupos populacionais. As próximas informações terão como foco o estado do Ceará. A primeira delas considera a classificação de gênero para distinguir a taxa de participação entre os homens e as mulheres. O Gráfico 5.5 apresenta esse dado para o Ceará e mostra que a participação entre os homens é maior do que entre as mulheres em aproximadamente 25 pontos percentuais, e que nos últimos anos essa estrutura de oferta de trabalho se manteve praticamente inalterada. A mudança brusca na taxa de participação entre 2009 e 2011 também pode ser vista nesse gráfico.

Gráfico 5.5: Taxa de participação por gênero (2002 e 2012) – Ceará.

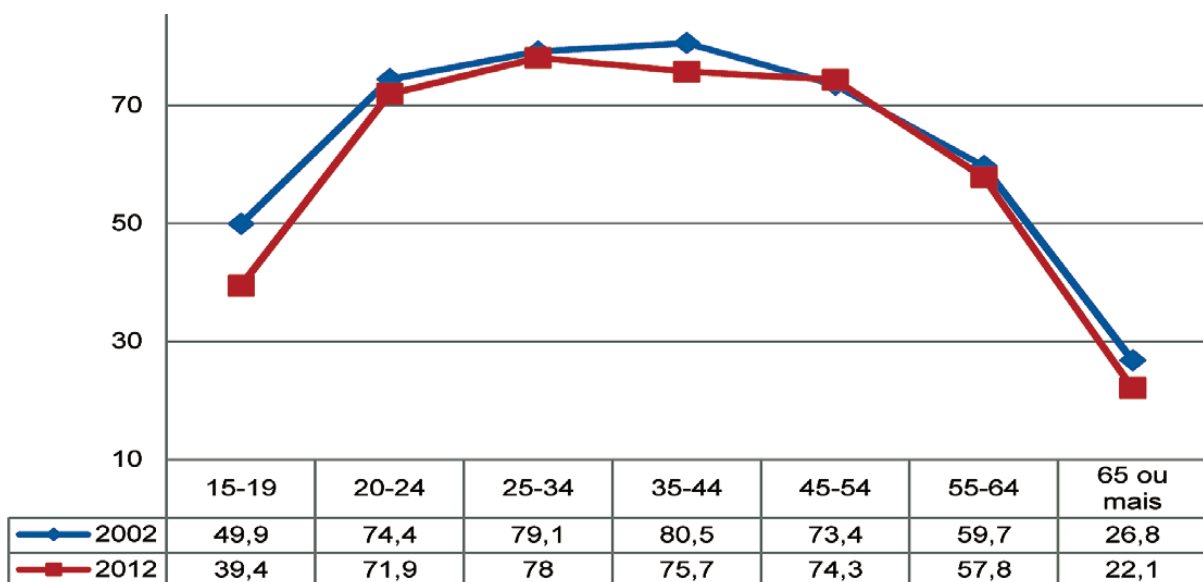


Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do IPECE.

O Gráfico 5.6 apresenta a taxa de participação por faixa etária. Essa informação representa a oferta de trabalho para os grupos etários e permite ver como essa se alterou entre os extremos do período considerado. O formato do gráfico apresentado caracteriza bem o “ciclo de vida” dos indivíduos no mercado de trabalho, indicando uma oferta crescente entre 15 e 35 anos e decrescente a partir dos 45 anos. A maior oferta ocorre nos grupos de idade entre 25 e 44 anos.

Entre 2002 e 2012, esse formato característico se mantém com uma redução mais considerável da oferta de trabalho nos extremos da distribuição etária, principalmente entre os jovens. Isso pode indicar uma relativa postergação do ingresso no mercado de trabalho, provavelmente em função do prolongamento da vida escolar. Uma redução da taxa de participação a partir dos 25 ou 30 anos é condizente com a redução da PEA mostrada anteriormente.

Gráfico 5.6: Taxa de participação por faixa etária (2002 e 2012) – Ceará.



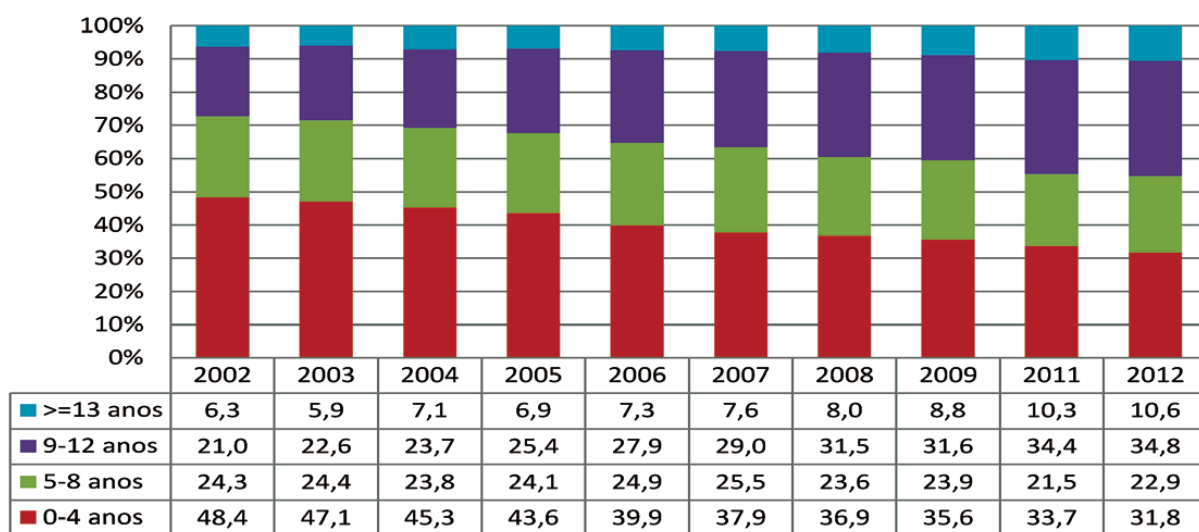
Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do IPECE.

Considerando o aspecto educacional, o Gráfico 5.7 mostra uma distribuição dos ocupados de acordo com o grau de escolaridade estabelecido a partir da informação dos anos de estudo, presentes na

pesquisa da PNAD¹. Esses dados mostram o comportamento da qualificação dos ocupados no Ceará entre 2002 e 2012. A principal mudança observada reflete o avanço no acesso à educação nas últimas duas décadas. Verifica-se claramente que a proporção de trabalhadores menos qualificados (0-4 anos de estudo) reduziu drasticamente no período, de mais de 50% para pouco mais de 30%. A proporção de indivíduos ocupados com escolaridade entre 5 e 8 anos de estudo, o que representa o segundo ciclo do ensino fundamental e a conclusão do ensino fundamental, se manteve praticamente estável.

O grande avanço está na quantidade de trabalhadores com escolaridade entre 9 e 12 anos de estudo, que são aqueles que concluem o ensino fundamental e acessam o ensino médio. A proporção desse grupo entre os ocupados aumentou de 21%, em 2002, para quase 35%, em 2012. Já proporção de ocupados com mais de 13 anos de estudo, ou seja, que concluíram o ensino médio e pelo menos ingressaram no ensino superior aumentou, mas esse aumento ainda pode ser considerado muito discreto perante a mudança nos demais grupos.

Gráfico 5.7: Distribuição do grau de escolaridade entre os ocupados (2002-2012) - Ceará.

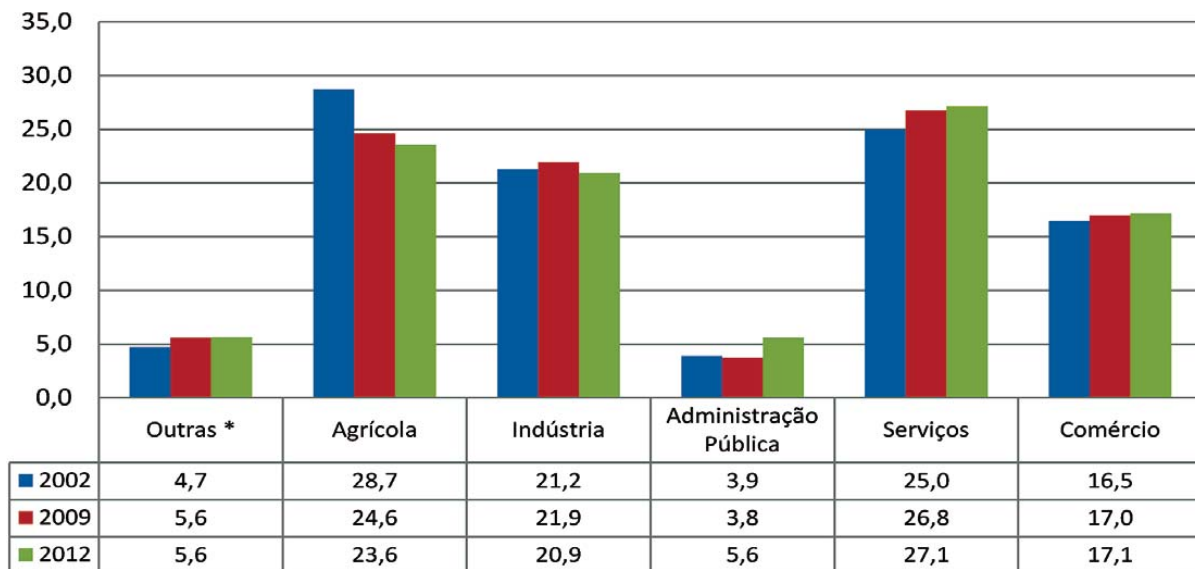


Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do IPECE.

¹ O grau de escolaridade foi estabelecido a partir da informação de anos de estudo declarada na PNAD. Foram estabelecidos os seguintes grupos para representá-los: i) de zero a 4 anos de estudo, ii) de 5 a 8 anos de estudo, iii) de 9 a 12 anos de estudo e iv) escolaridade acima de 13 anos de estudo.

O Gráfico 5.8 apresenta a distribuição dos ocupados por setor de atividade. Essa distribuição permite avaliar a estrutura setorial do emprego e reflete a participação setorial da economia cearense.

Gráfico 5.8: Distribuição da ocupação por setor de atividade (2002, 2009 e 2012) – Ceará.



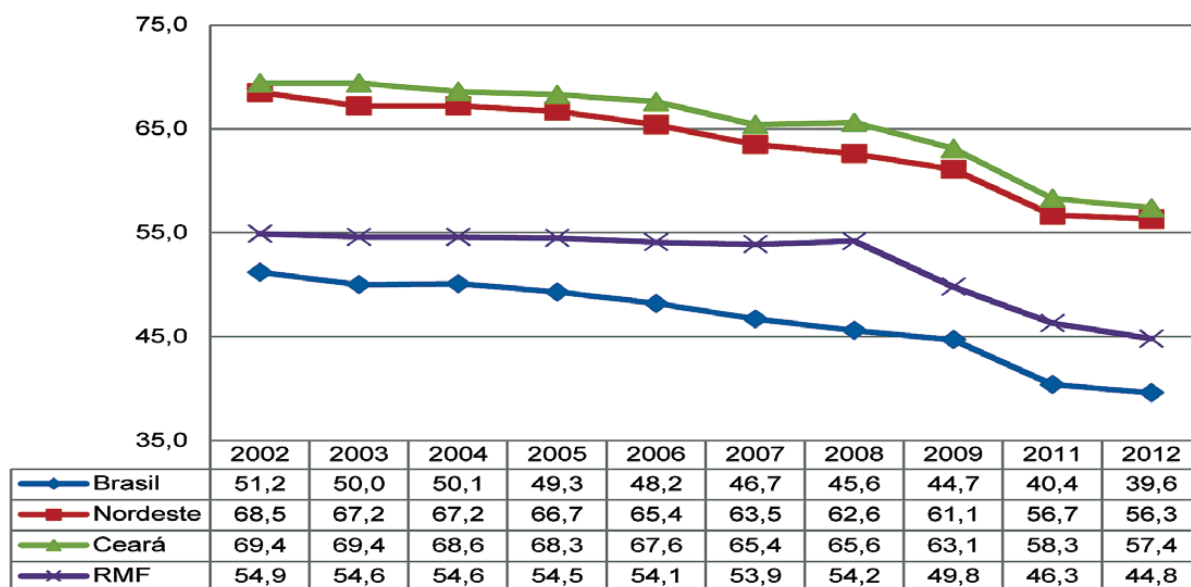
Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do IPECE. *Atividades não especificadas ou declaradas.

O setor de serviços é o principal empregador da economia cearense com mais de 25% dos ocupados, em 2012. Em segundo lugar, está o setor agrícola, que perdeu importância relativa nos últimos anos, de quase 30%, em 2002, para 23,5%, em 2012. Consequentemente, comércio, indústria e administração pública aumentaram suas participações relativas, assim como as outras atividades não especificadas.

5.2 INFORMALIDADE

No que diz respeito a composição da força de trabalho a consideração das categorias de trabalho formal e informal é de grande importância. O indicador considerado para avaliar essa relação é o grau de informalidade que considera o percentual de trabalhadores empregados sem carteira assinada ou que, trabalhando por conta própria, não contribuem para a previdência. O Gráfico 5.9 apresenta a evolução desse indicador no período considerado.

Gráfico 5.9: Grau de Informalidade (2002-2012) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do IPECE.

Pelo gráfico acima se verifica que o grau de informalidade declinou continuamente ao longo de todo o período analisado. Interessante verificar que a proporção apresentada pelo Ceará é bem próxima da observada para toda a região Nordeste, enquanto na RMF tem-se um grau de informalidade menor, próximo ao apresentado para o Brasil. Essa informação denuncia a precariedade das relações de trabalho, não apenas no interior do Ceará, mas em todo o Nordeste.

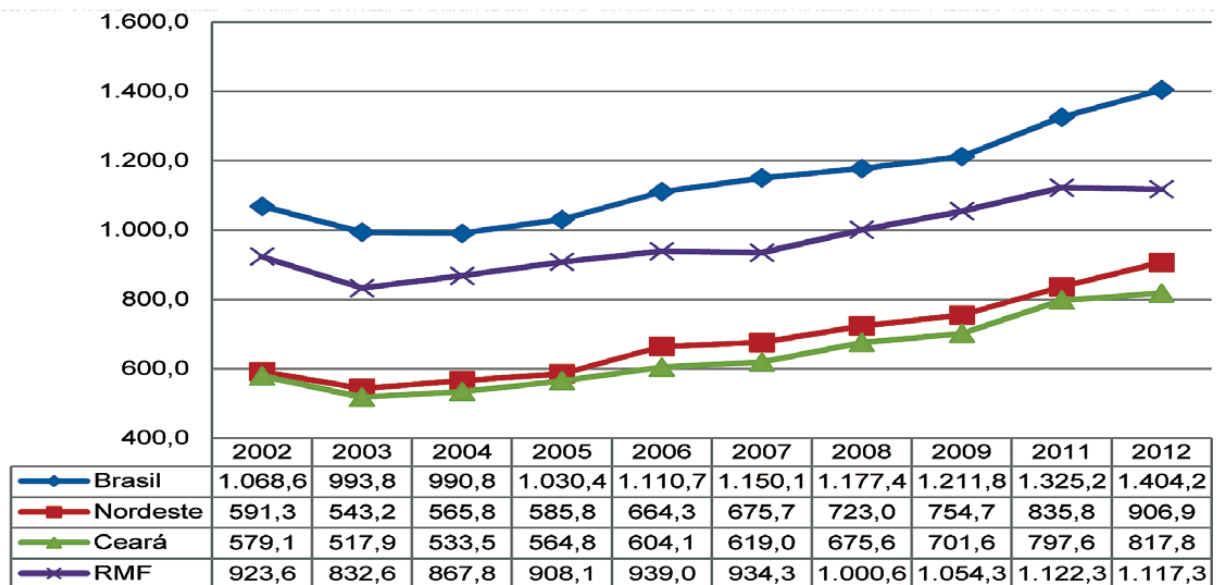
5.3 RENDIMENTOS DO TRABALHO

O rendimento real médio do trabalho (considerando todos os trabalhos) apresenta uma tendência crescente desde 2004, após apresentar uma redução entre 2002 e 2003. O crescimento real dos rendimentos no período evidencia o bom momento econômico do período em todo o Brasil.

Considerando todo o período entre 2002 e 2012, o rendimento médio de todos os trabalhos no Brasil aumentou mais de 30%. Um aumento ainda mais significativo foi observado na evolução dos rendimentos no Nordeste e no Ceará, que apresentaram aumentos de 53,4% e 41,2%, respectivamente. Comparadas com as dimensões

territoriais mais agregadas, o crescimento dos rendimentos na RMF foi relativamente modesto, sendo de apenas 21% no período. O Gráfico 5.10 apresenta os valores dos rendimentos reais médios, mostrando de forma clara a evolução dessa variável.

Gráfico 5.10: Rendimento real médio do trabalho (2002-2012) – Brasil, Nordeste, Ceará e RMF.



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do IPECE.

Considerando os dois últimos anos da série, percebe-se que, no Ceará e, principalmente, na RMF, parece haver uma desaceleração do ritmo de crescimento quando comparado com o crescimento no caso brasileiro e nordestino. Entre 2011 e 2012, o rendimento real médio do trabalho no Ceará cresceu 2,5%, enquanto que na RMF tem-se uma pequena redução (-0,5%). Esse desempenho se torna modesto frente aos aumentos obtidos na média brasileira (6%) e nordestina (8,5%).

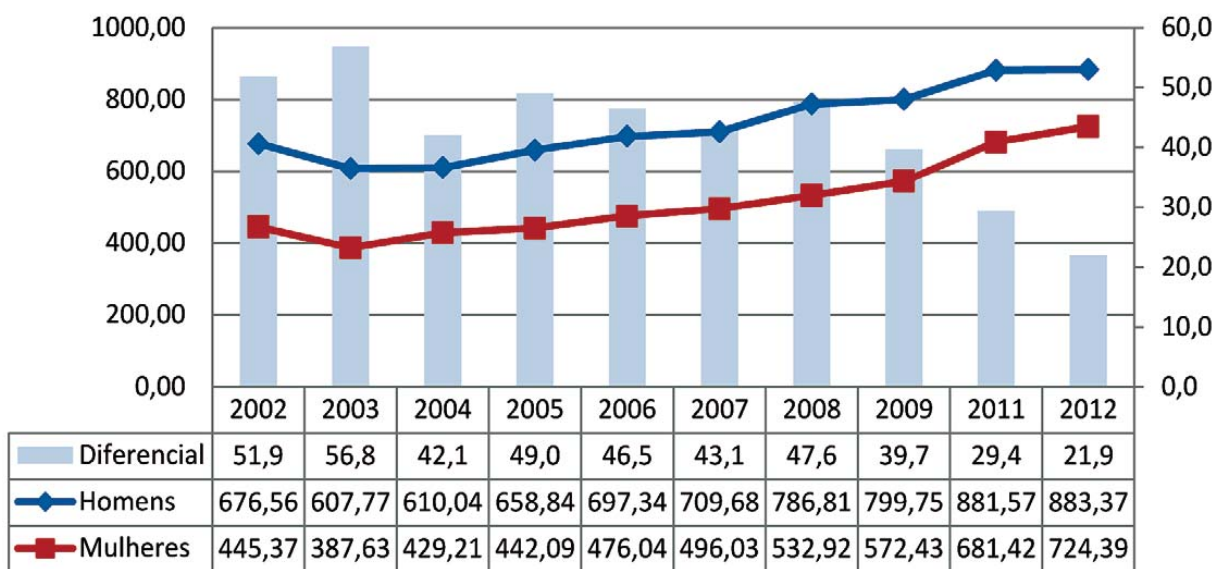
O Gráfico 5.10 também permite evidenciar as diferenças regionais dos rendimentos obtidos no mercado de trabalho. Apesar de apresentar rendimentos médios muito similares aos observados na região Nordeste, um trabalhador cearense recebia, em média, pouco mais da metade do que recebia um trabalhador médio brasileiro. Esse diferencial diminuiu ao longo de todo o período.

5.4 DIFERENCIAIS DE RENDIMENTOS

Considerando a desigualdade de rendimentos, nessa subseção serão abordadas estatísticas relativas aos rendimentos obtidos no mercado de trabalho de acordo com características dos trabalhadores como gênero e escolaridade.

A desigualdade de salários entre homens e mulheres ainda é bastante presente no mercado de trabalho brasileiro, e no cearense não é diferente. O Gráfico 5.11 mostra o rendimento real médio do trabalho para homens e mulheres e destaca a diferença percentual entre os rendimentos dos dois grupos.

Gráfico 5.11: Rendimento real médio do trabalho de acordo com o gênero (2002-2012) – Ceará.



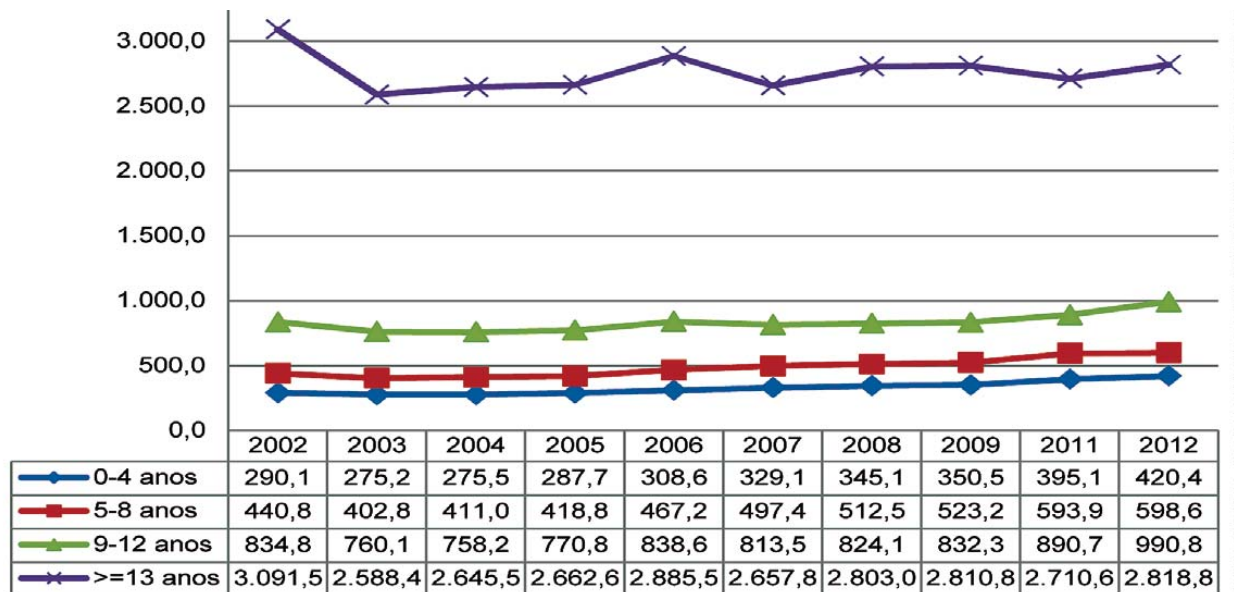
Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do IPECE.

Apesar da diferencial de rendimentos ainda estar presente, este apresentou uma tendência de redução ao longo dos últimos anos, com a renda do trabalho das mulheres crescendo em maior proporção.

Um fator preponderante na explicação da desigualdade de rendimentos do trabalho está na educação. A desigualdade de acesso aos serviços educacionais possui um impacto direto na desigualdade

de rendimentos entre os trabalhadores. Como apresentado anteriormente, a proporção de trabalhadores mais qualificados, em termos de educação formal, aumentou, apesar da proporção daqueles que concluem o ensino médio e acessam o ensino superior ainda ser pequena.

Gráfico 5.12: Rendimento real médio do trabalho de acordo com o nível de escolaridade (2002-2012) – Ceará.



Fonte: IBGE/PNAD. Elaboração do IPECE.

O Gráfico 5.12 mostra a diferença de rendimentos de acordo com o nível de escolaridade para o Ceará em todo o período considerado. É evidente a grande diferença de rendimentos de acordo com o nível de escolaridade. Os indivíduos que possuem 13 anos de estudo ou mais apresentam um rendimento médio mais de duas vezes e meia o valor médio auferido pelo grupo com escolaridade entre 9 e 12 anos.



POBREZA E BEM-ESTAR SOCIAL



6. POBREZA E BEM-ESTAR SOCIAL

Nesta seção serão apresentados os principais indicadores sociais baseados na renda domiciliar per capita. O objetivo é analisar o bem-estar social considerando o crescimento da renda média e a evolução da desigualdade de renda. Quanto maior a renda e quanto menor a desigualdade maior será o bem-estar da população.

Como o bem-estar social é mais sensível a uma mudança na renda de um indivíduo pobre do que para a mesma mudança que afeta um indivíduo mais rico, o aumento do bem-estar será maior quanto maior for a redução da desigualdade associada à redução da pobreza.

Esta análise fornece, portanto, uma visão geral sobre o impacto das políticas redistributivas e de combate à pobreza, a partir das taxas de crescimento da renda por décimos da população e da evolução dos índices de desigualdade de renda. Para tanto, serão considerados os índices de pobreza que refletem os esforços das políticas públicas para elevação da renda dos mais pobres. De modo que, os valores utilizados para definição da condição de pobreza coincidam com os critérios para inclusão em programas sociais federais e estaduais.

Nessa perspectiva, seguindo os parâmetros do Programa Bolsa Família (PBF) e do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), que estabeleceu o Benefício de Superação da Pobreza (BSP), serão considerados pobres e extremamente pobres as pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140 e R\$ 70¹, respectivamente.

Ademais, de acordo com os critérios de inclusão nos projetos financiados pelo Fundo Estadual de Combate a Pobreza (FECOP) será apresentado também o indicador do número de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a ½ salário mínimo.

Os indicadores de renda, pobreza e desigualdade serão

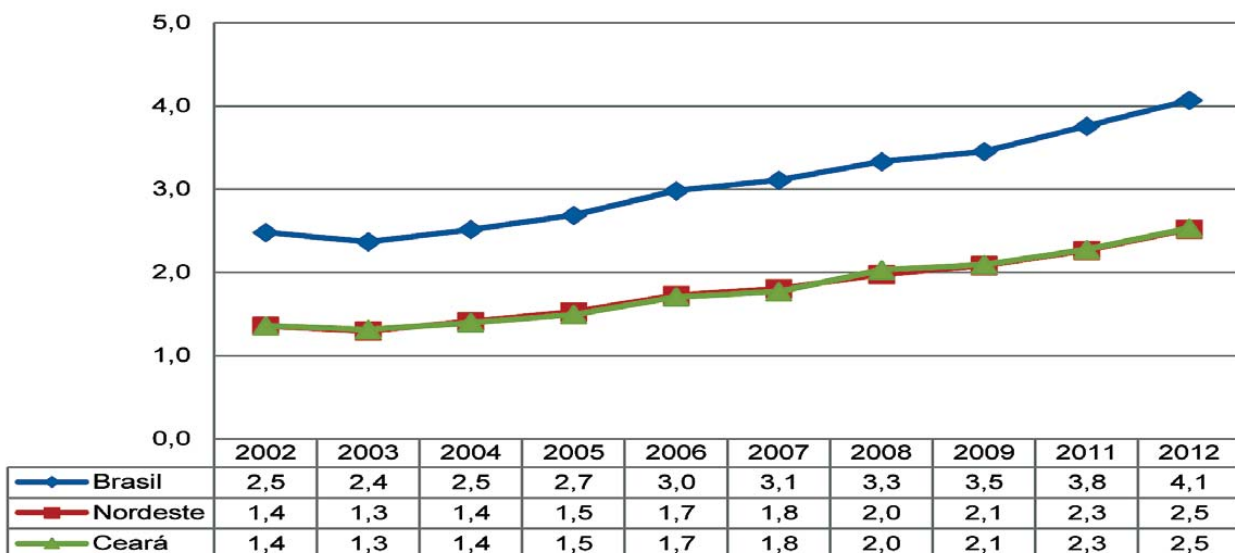
¹Em valores de julho de 2010.

construídos a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE. A análise dos indicadores permitirá a comparação do Ceará com o Nordeste e o Brasil, no período de 2002 a 2012. Além disso, a partir da divisão territorial permitida pela pesquisa, as séries estaduais serão desagregadas de maneira a analisar a evolução dos indicadores na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) e no interior do Estado, que será dividido em zonas urbana e rural.

6.1 BEM-ESTAR SOCIAL

Os gráficos 5.1 e 5.2 mostram a evolução do indicador de bem-estar social, obtido pelo produto da renda média pelo complemento do índice que mede a desigualdade². O valor absoluto do indicador não possui significado em si. O importante é a evolução ao longo do tempo e a comparação entre as unidades geográficas. Percebe-se, então, uma grande disparidade no bem-estar social, com o Ceará e o Nordeste apresentando valores muito próximos, mas bem abaixo do índice nacional.

Gráfico 6.1: Indicador de Bem-Estar Social – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010).



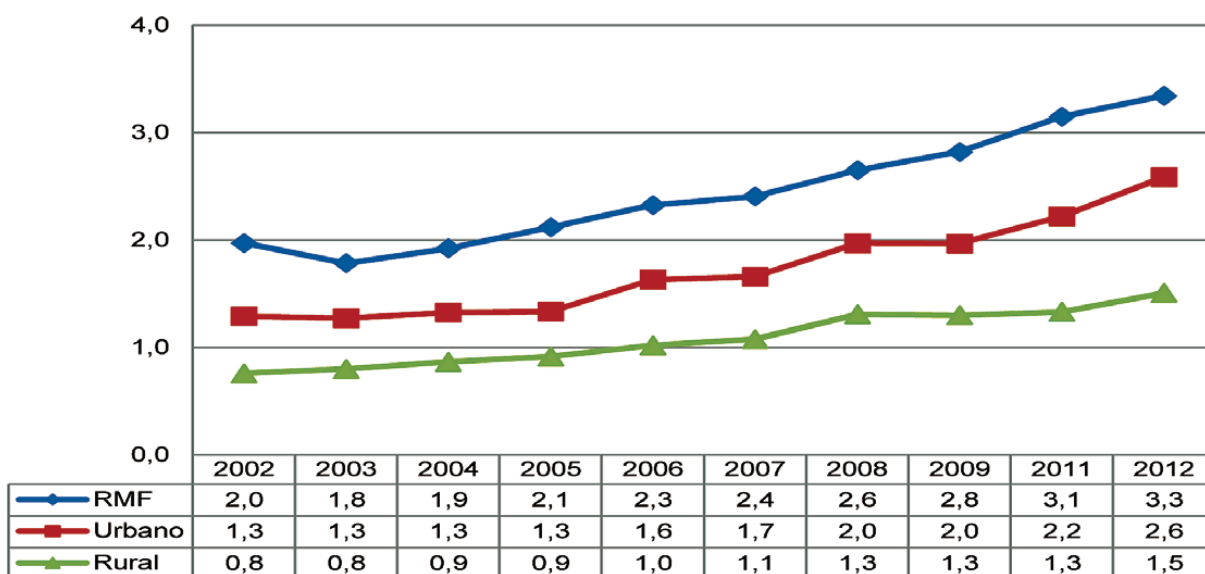
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Essa diferença decorre pelo fato de Ceará e Nordeste possuírem renda média bastante inferior a do Brasil, mas com índices de

² O indicador de bem-estar social é dado por $W = \bar{y}(1 - G)/100$, em que \bar{y} é a renda média e G o índice de desigualdade. O índice de desigualdade utilizado é o Gini.

desigualdade muito próximos. Embora a desigualdade no Nordeste seja mais elevada do que no Ceará. O mesmo vale para as zonas urbana e rural do estado em relação à RMF, exceto pelo fato da desigualdade na zona rural ser inferior a das demais áreas do estado.

Gráfico 6.2: Indicador de Bem-Estar Social – RMF, Urbano e Rural – 2002 a 2012 (exceto 2010).

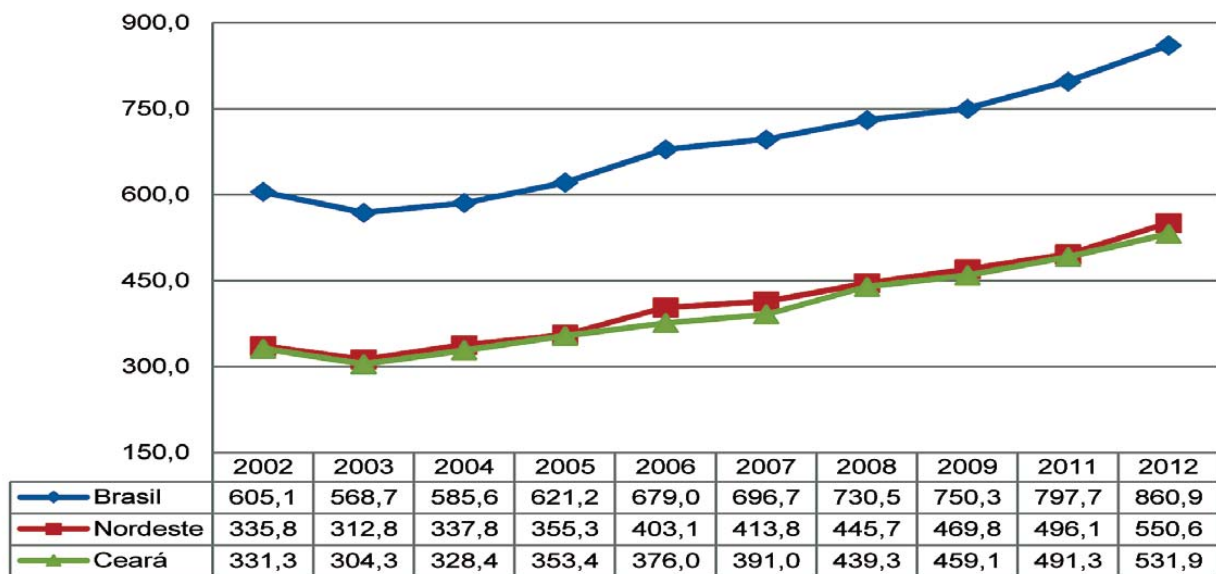


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

6.2. RENDA

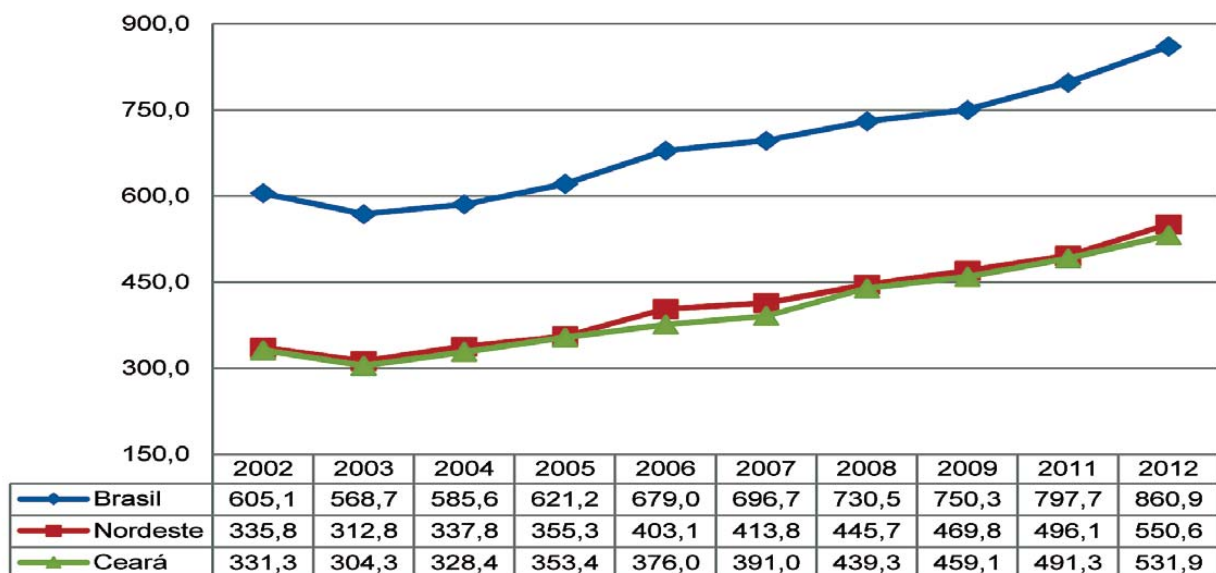
Os gráficos 5.3 e 5.4 mostram a evolução na renda domiciliar per capita média. O crescimento da renda média foi maior no Nordeste (64%) e no Ceará (60,6%) em relação ao Brasil (42,3%) no período de 2002 a 2012. Já o crescimento da renda da zona urbana foi superior a da zona rural e da RMF. A renda média da população urbana mais que dobrou, com crescimento de 103,4%, enquanto na zona rural o crescimento foi de 85,5% e na RMF de 38%.

Gráfico 6.3: Renda domiciliar *per capita* média mensal (em reais de 2012) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010).



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Gráfico 6.4: Renda domiciliar *per capita* média mensal (em reais de 2012) –RMF, Urbano e Rural – 2002 a 2012 (exceto 2010).

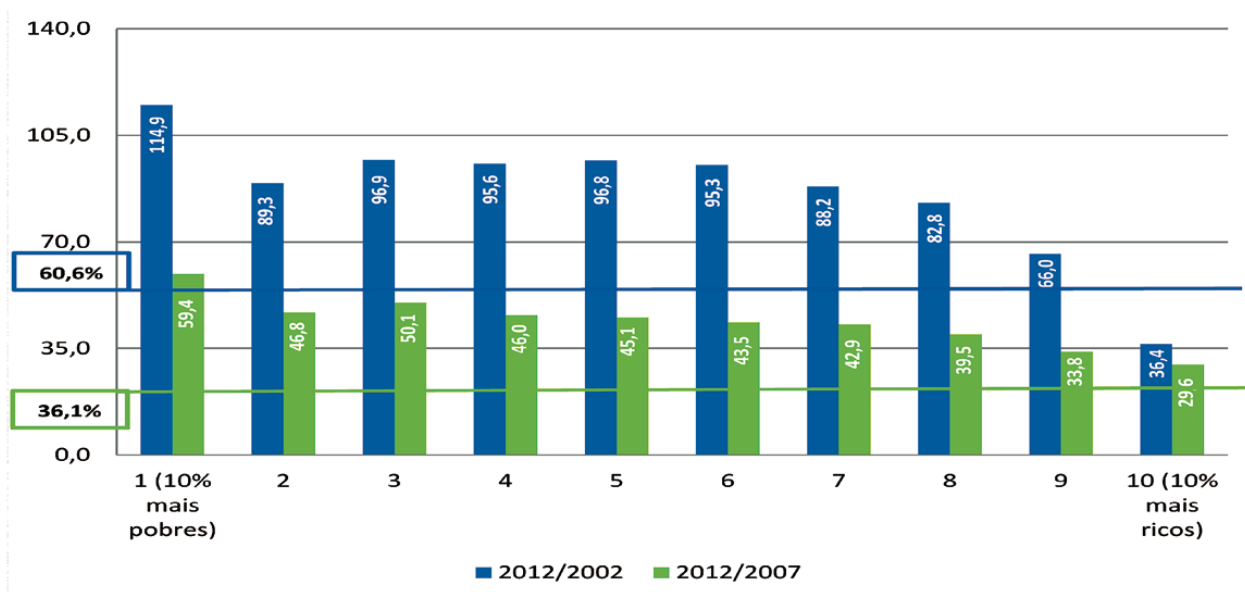


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

O gráfico 5.5 mostra o crescimento da renda média por décimo da população, percebe-se que o crescimento foi maior para a população mais pobre. No Ceará, a renda domiciliar *per capita* dos 10% mais pobres cresceu quase três vezes mais que a renda dos 10% mais ricos, entre 2002 e 2012. Considerando o período de 2007 a 2012, a

renda dos mais pobres cresce quase o dobro dos mais ricos.

Gráfico 6.5: Taxa de crescimento (%) da renda domiciliar *per capita* por décimos da população – Ceará – 2012/2002 e 2012/2007.



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

A Tabela 5.1 apresenta as taxas de crescimento da renda por décimos da população para as áreas geográficas do Estado. Observa-se que a renda média dos décimos mais pobres cresceu mais na RMF e zona rural, entre 2002 e 2012. Já na zona urbana o crescimento da renda das camadas mais ricas foi maior. Esse comportamento diferenciado entre as áreas do estado explica a evolução da desigualdade de renda.

Tabela 6.1: Taxa de crescimento (%) da renda domiciliar *per capita* por décimos da população – Brasil, Nordeste e Ceará.

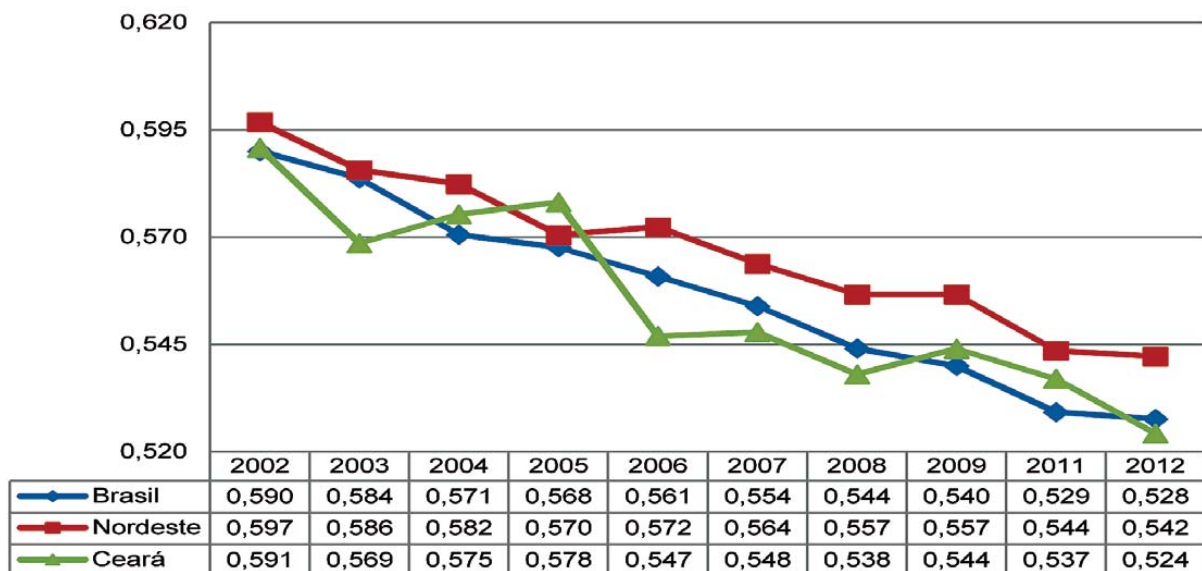
Décimos	RMF			Urbano			Rural		
	2007/2002	2012/2007	2012/2002	2007/2002	2012/2007	2012/2002	2007/2002	2012/2007	2012/2002
1	35,6	61,9	119,7	6,3	68,3	78,9	62,8	73,9	183,1
2	29,6	56,0	102,2	18,9	56,8	86,5	38,9	56,8	117,9
3	33,2	47,0	95,8	24,8	56,8	95,7	36,2	36,3	85,6
4	29,6	42,7	84,9	27,9	55,6	99,0	34,6	38,1	85,8
5	26,8	42,1	80,2	31,0	57,5	106,2	37,7	40,6	93,5
6	21,6	39,1	69,2	34,6	54,9	108,5	40,0	38,1	93,3
7	21,3	35,8	64,7	35,9	57,7	114,3	44,1	36,8	97,0
8	17,1	29,6	51,9	33,7	55,4	107,7	49,8	36,4	104,3
9	11,7	23,8	38,3	34,1	45,8	95,5	46,6	39,9	105,1
10	-3,8	19,0	14,6	22,9	66,6	104,8	31,1	21,6	59,4

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

6.3 DESIGUALDADE

A análise do índice de Gini³ (gráfico 5.6), que mede a desigualdade na distribuição da renda domiciliar per capita, mostra que houve uma redução na concentração de renda ao longo de todo o período. No período de 2002 a 2012, o Ceará (-11,3%) apresentou a maior redução da desigualdade, seguido por Brasil (-10,6%) e Nordeste (-9,2%). Como resultado, o índice de Gini da distribuição de renda no Ceará volta-se a ser menor que o do Brasil, em 2012. O que já havia ocorrido somente entre os anos de 2006 a 2008.

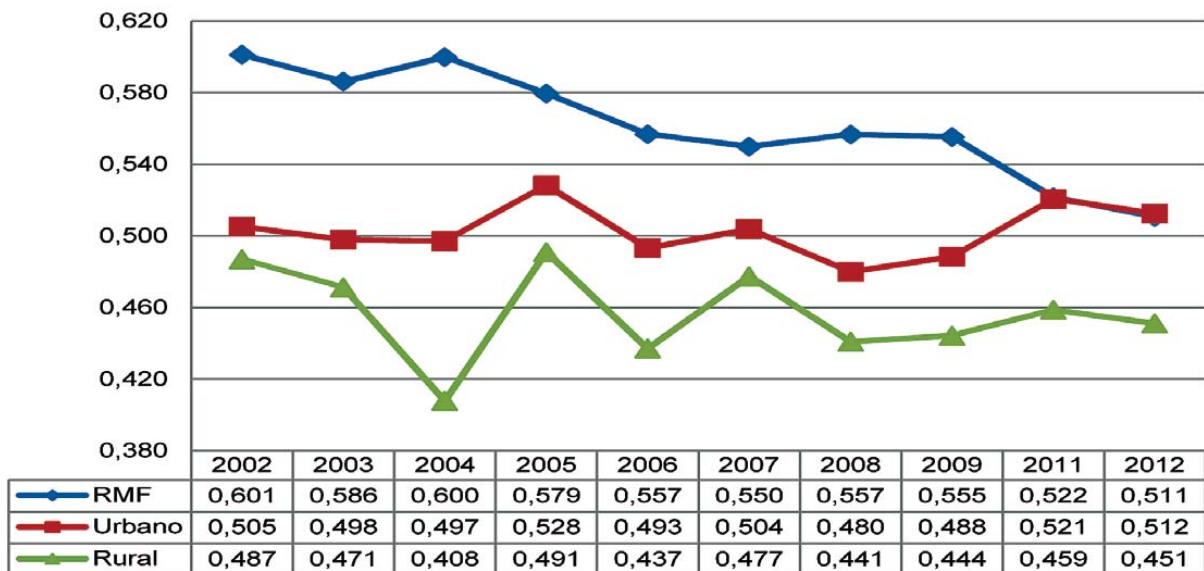
Gráfico 6.6: Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010).



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

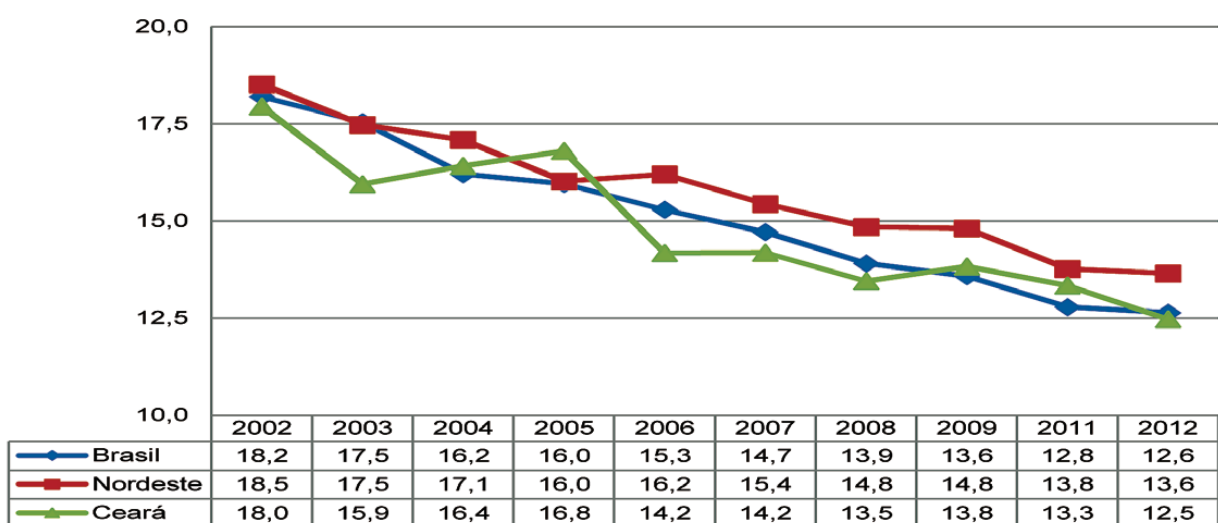
Entre as áreas geográficas do Estado, a maior redução da desigualdade ocorreu na RMF (-15,1%), seguida da zona rural (-7,4). Já na zona urbana houve um aumento da desigualdade de 1,4%. Essas trajetórias fizeram com que o nível de desigualdade na zona urbana se igualasse ao da RMF, a partir de 2011.

³ O coeficiente de Gini é um indicador de desigualdade de uma distribuição, nesse caso, a distribuição da renda domiciliar per capita. Seus valores limites estão situados entre 0, quando há perfeita igualdade, e 1 quando temos o caso de extrema desigualdade.

Gráfico 6.7: Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* – RMF, Urbano e Rural – 2002 a 2012 (exceto 2010).

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

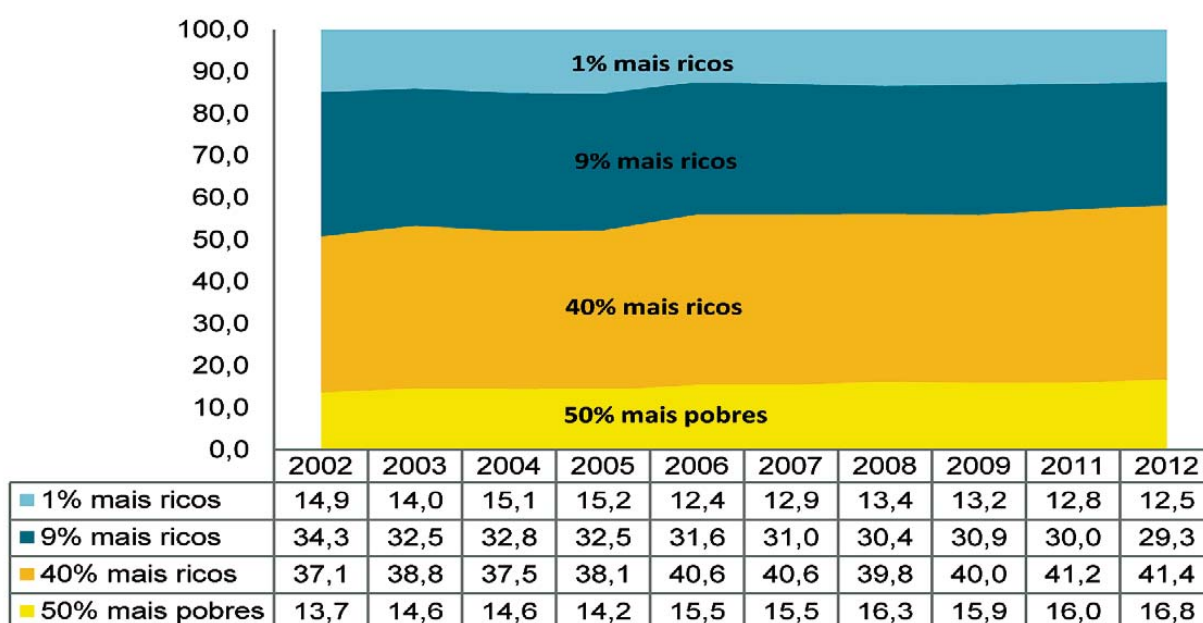
Outro indicador que reflete a desigualdade de renda é a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 50% mais pobres (gráfico 5.8). Tanto em 2002, como em 2012, o Ceará apresenta a menor diferença entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres. Nesse período, o Ceará apresentou uma redução neste indicador da mesma magnitude que o Brasil (-30,5%) e superior a do Nordeste (-26,3%).

Gráfico 6.8: Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres – Brasil, Nordeste e Ceará.

Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Outra forma de observar a evolução da desigualdade é considerar a proporção acumulada da renda pelos percentis da população. O gráfico 5.9 mostra que a proporção da renda apropriada pelos 50% mais pobres cresceu, enquanto reduziu-se a parcela apropriada pelos 10% mais ricos. Apesar desse avanço, no ano de 2012, os 10% mais ricos se apoderavam de 41,8% da renda total, enquanto os 50% mais pobres detinham apenas 16,8%.

Gráfico 6.9: Proporção da renda acumulada por percentis da população – Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010).

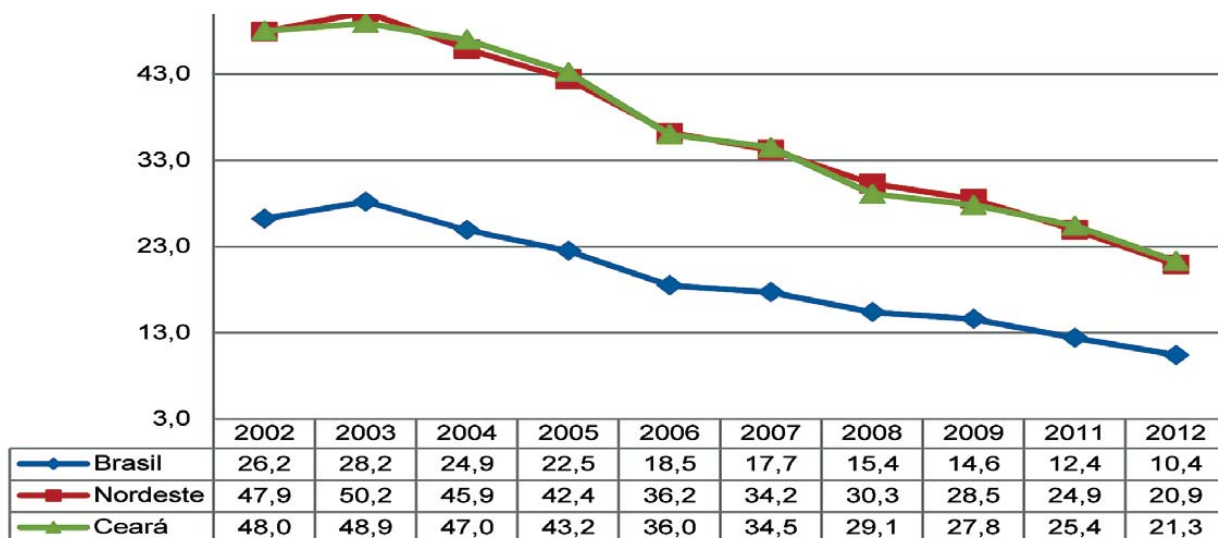


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

6.4: POBREZA E EXTREMA POBREZA

O gráfico 5.10 apresenta o percentual de pessoas em condição de pobreza. No período de 2002 a 2012, o Brasil apresentou a maior redução da pobreza (-60,3%), seguido pelo Nordeste (-56,4%) e o Ceará (-55,6%). Este resultado ampliou a concentração de pobres na região Nordeste, dado que a redução foi menor onde há maior número de pobres.

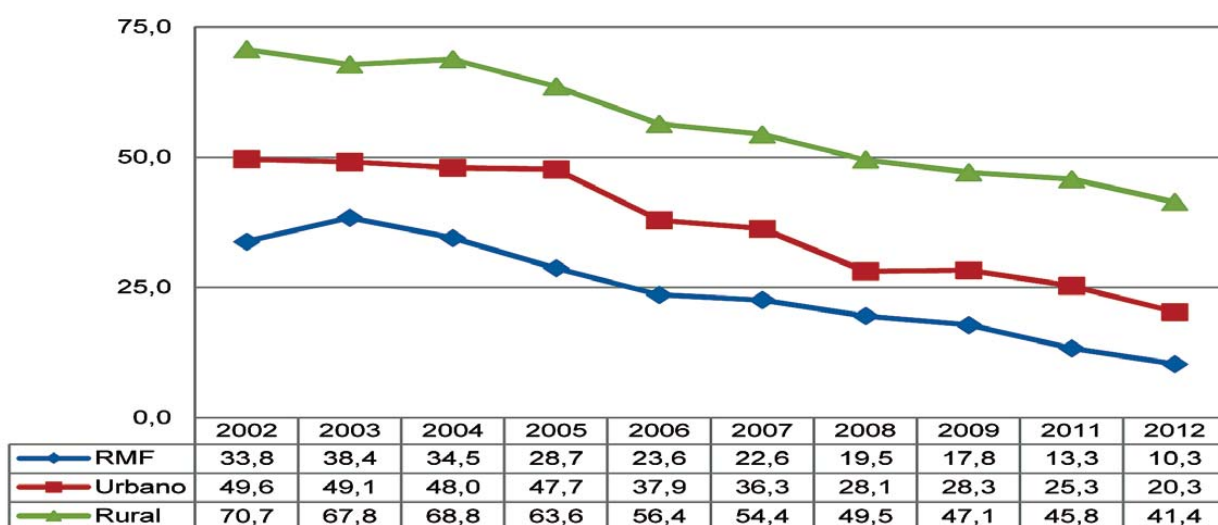
Gráfico 6.10: Percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 140 (em valores de 2010, corrigidos pelo INPC) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010).



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

O mesmo aconteceu entre áreas geográficas do estado (gráfico 5.11). A RMF, que possui a menor proporção de pobres, apresentou a maior redução (-69,5%), seguida pela zona urbana (-59,1%) e zona rural (-41,4%), no período de 2002 a 2012. Considerando apenas o período de 2007 a 2012, a redução da pobreza na zona rural foi de 23,9%, enquanto na RMF e na zona urbana esses percentuais foram de 54,4% e 44,1%, respectivamente.

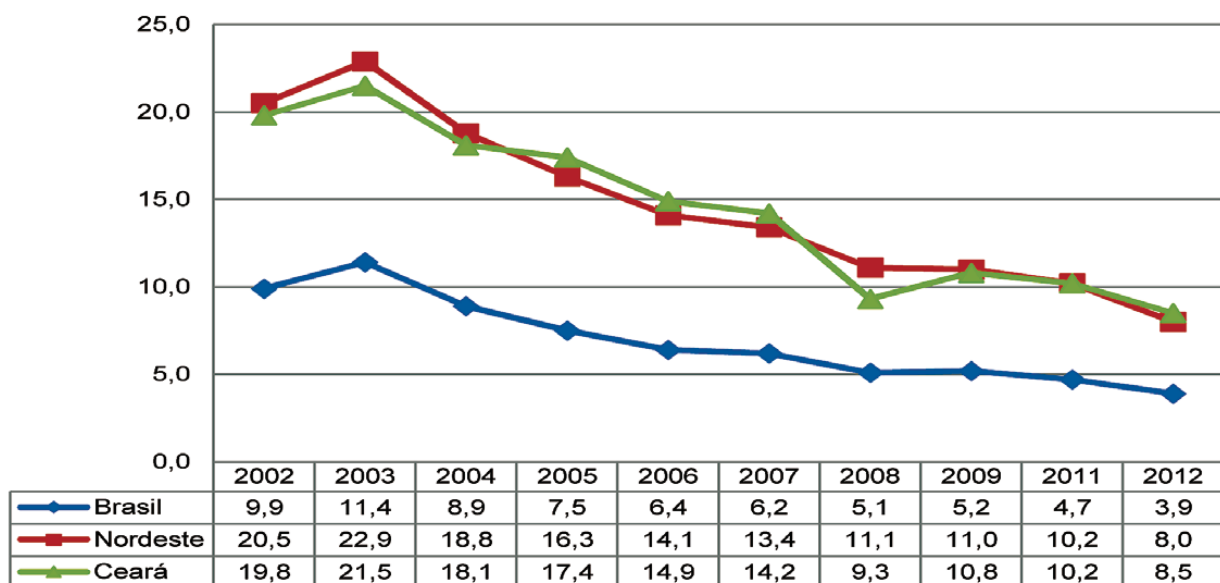
Gráfico 6.11: Percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 140 (em valores de 2010, corrigidos pelo INPC) – RMF, Urbano e Rural – 2002 a 2012 (exceto 2010).



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

O gráfico 5.12 apresenta o percentual de pessoas em extrema pobreza. No período entre 2002 e 2012, o Nordeste apresentou a maior redução (-61%), seguido do Brasil (-60,6%) e do Ceará (-57,1%). Considerando apenas a variação do último ano, período do lançamento do Plano Brasil Sem Miséria, o Ceará apresentou novamente a menor redução (-16,7%), bem abaixo do Nordeste (-21,6%) e pouco inferior à verificada no Brasil (-17%).

Gráfico 6.12: Percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70 (em valores de 2010, corrigidos pelo INPC) – Brasil, Nordeste e Ceará – 2002 a 2012 (exceto 2010).

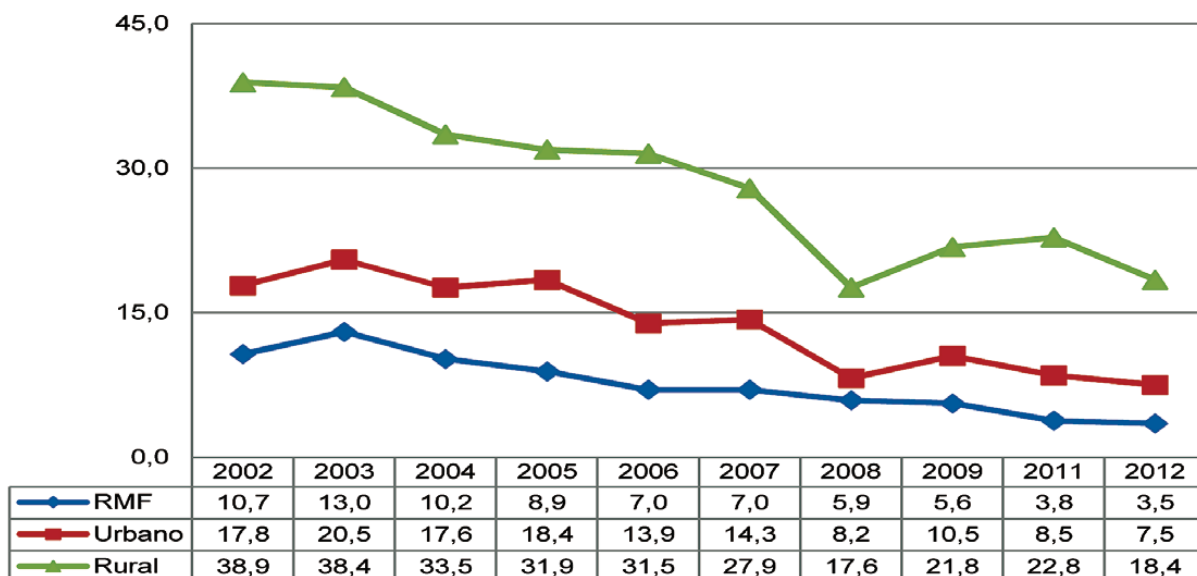


Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

A partir do gráfico 5.13, observa-se que o comportamento deste indicador foi diferente entre as áreas geográficas do Estado, sobretudo, a partir de 2009, período marcado por forte seca. Após um aumento entre 2002 e 2003, verifica-se uma tendência de queda deste indicador em todas as unidades analisadas até 2008. A partir daí, a velocidade de redução da extrema pobreza diminuiu e até mesmo há uma reversão da tendência nas zonas urbana e rural, principalmente.

Entre 2008 e 2011, há um aumento na proporção de extremamente pobres na zona rural. Em 2012, o indicador volta a cair, mas permanece ainda em um patamar superior ao observado em 2008.

Gráfico 6.13: Percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70 (em valores de 2010, corrigidos pelo INPC) – RMF, Urbano e Rural – 2002 a 2012 (exceto 2010).



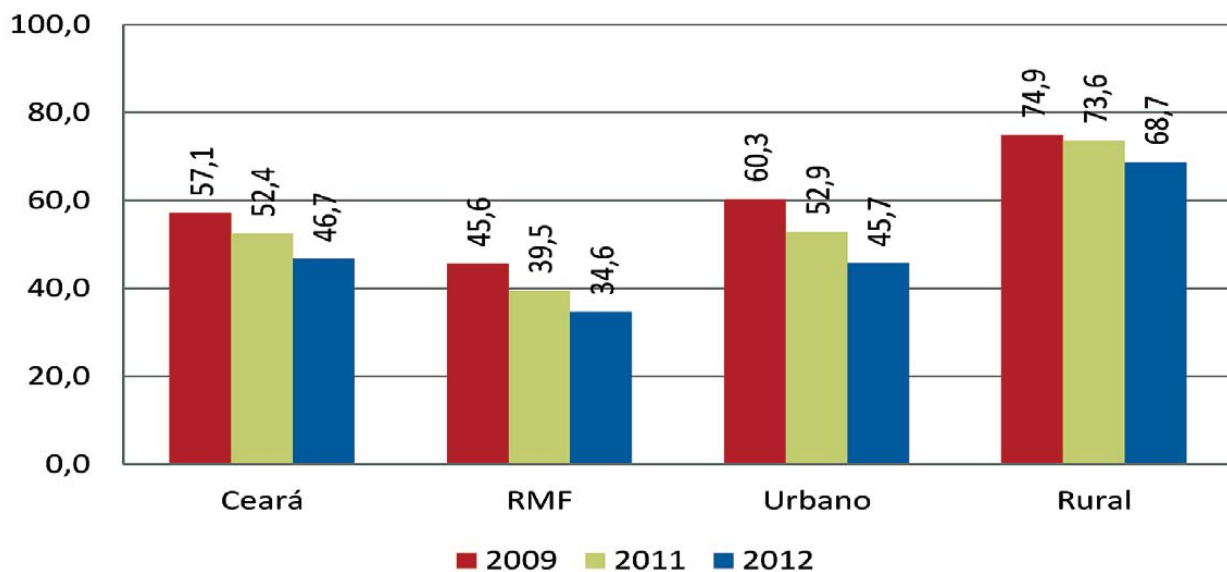
Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Por fim, no gráfico 5.14, tem-se o percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de $\frac{1}{2}$ salário mínimo nos anos de 2009, 2011 e 2012⁴. Essa camada da população constitui o público elegível para os programas de combate à pobreza financiados pelo FECOP. Observa-se que a maioria da população da zona rural encontra-se nessa condição.

Entre 2009 e 2012, o percentual de pessoas com renda inferior a linha de pobreza estadual caiu 18,2%. Essa queda se deve, principalmente, as reduções observadas na RMF e zona urbana, 24,1% e 24,2%, respectivamente. Já na zona rural, a redução foi mais modesta (-8,3%).

⁴ A prática de usar múltiplos do salário mínimo como linhas de pobreza ao invés de se fixar o salário mínimo de um ano-base prejudica a comparação temporal dos índices de pobreza em um horizonte maior de tempo. Isto ocorre porque os dados sobre pobreza devem ser recalculados em função do salário mínimo mais recente, fazendo com que os valores passados da série se modifiquem, dado que a nova linha de pobreza é mais alta do que a anterior em valores reais.

Gráfico 6.14: Percentual de pessoas com renda domiciliar *per capita* abaixo de ½ salário mínimo – Ceará, RMF, Urbano e Rural – 2009 a 2012 (exceto 2010).



Fonte: PNAD/IBGE. Elaboração: IPECE.

Vale ressaltar que, apesar de constituir critério para inclusão de beneficiários nos programas estaduais de combate a pobreza, este indicador não reflete de forma acurada os esforços realizados para reduzir as privações em outras dimensões além da renda, como, por exemplo, educação, saneamento e abastecimento de água. Nesse caso, um indicador de pobreza multidimensional seria mais adequado. Contudo, as análises conjuntas dos demais indicadores que compõem as outras seções desta publicação fornecem uma visão geral dos resultados da política social no Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da evolução dos indicadores sociais, ao comparar a situação do Estado com a do Nordeste e do Brasil, e entre as áreas urbana e rural e a Região Metropolitana de Fortaleza, torna possível o reconhecimento das conquistas alcançadas e dos desafios a serem enfrentados. Dentre as conquistas, destacam-se os avanços significativos nas áreas da educação, saúde, condição dos domicílios, mercado de trabalho e nos indicadores relativos à concentração de renda e pobreza.

Em 2012, dos 22 indicadores analisados, o Ceará apresentava uma situação melhor que o Nordeste em 11 deles, e melhor que o Brasil e o Nordeste em 4. Com destaque para os índices de desigualdade de renda. Entre 2002 e 2012, no Ceará, a renda domiciliar *per capita* dos 10% mais pobres cresceu quase três vezes mais que a renda dos 10% mais ricos. Isso fez com que o índice de Gini da distribuição de renda no Ceará volta-se a ser menor que o do Brasil e o do Nordeste. O Ceará também apresentou a menor diferença entre a renda média dos 10% mais ricos e os 50% mais pobres.

Dentre os desafios, ressalta-se a necessidade do planejamento e execução de políticas voltadas para a redução das disparidades regionais, em especial, nas dimensões da educação e da renda. Uma vez que estas, juntamente com a saúde, determinam o potencial de desenvolvimento do capital humano, fator determinante para o progresso econômico e social.

O Ceará apresentou a maior proporção de analfabetos funcionais e os menores percentuais da população com ensino médio e superior completo e a menor média de anos de estudos da população adulta em 2012. Em relação aos indicadores de renda, o estado apresenta a menor média do rendimento do trabalho e a menor renda *per capita*, como consequência, as maiores proporções de pobres e extremamente pobres na população. Outro indicador em situação

adversa é a proporção de domicílios com abastecimento de água adequado.

Ressalta-se, no entanto, as dimensões que apresentaram os piores resultados no último ano analisado, educação, renda e condições de domicílios, apresentaram melhorias expressivas em alguns indicadores entre os anos de 2002 e 2012. Nesse período, a proporção de domicílios com acesso a rede coletora de esgoto cresceu mais que o dobro da variação nacional e bem acima do desempenho do Nordeste. A taxa de analfabetismo caiu mais no estado do que no Brasil e no Nordeste, enquanto a escolaridade média e os percentuais de pessoas com nível fundamental, médio e superior cresceu mais apenas que o Nordeste. Merece destaque também os avanços na expectativa de vida e a redução da taxa de mortalidade infantil.

Tomando os indicadores do Brasil como referência, percebe-se também uma melhora da situação relativa no período analisado. Em 2002, a situação do estado representava, em média, 77,95% da situação brasileira, quando se considera o conjunto dos indicadores. Em 2012, a média das relações foi igual a 80,20%, indicando uma melhora da situação em relação ao padrão nacional. Diante deste resultado pode-se concluir, então, que a qualidade de vida da população cearense vem melhorando ao longo dos últimos anos.